

- A Igreja diante da Revolução pg. 8
- Angola resiste à invasão pg. 19
- Vitória em Ronda Alta pg. 11
- Terrorismo em Nova Iguaçu pg. 5

TERRAS OCUPADAS



Encurralado pelo desemprego e pelo aumento dos aluguéis, o povo ocupa terras vazias em várias capitais do país. O governo defende a propriedade privada e usa a força.

Ao mesmo tempo, em todo o Brasil, prepara-se o Dia Nacional de Luta, convocado em resposta à crise, por mais de mil sindicatos que participaram da CONCLAT. (págs. 6, 7 e 9 a 11)



VEM AÍ O 1.º DE OUTUBRO

A Igreja toma posição

Atacada duramente pelo governo, a Igreja afirma que é preciso realizar a justiça "mais além da legalidade restrita" e que o direito de propriedade não é "nem absoluto nem intocável"

(Págs. 4 e 5)



EL SALVADOR

Novas vitórias da FMLN e derrota diplomática de Reagan com o reconhecimento pela França e México das forças combatentes (Pág. 18)

PT PT PT PT PT PT PT PT

José Ibrahim:
Governo e Igreja

Paulo Schilling:
A histeria bélica de Reagan

Olívio Dutra:
Um ensaio para greve geral

Especial:
Resposta ao PC do B: quem colabora com a burguesia

Pgs. 16 e 17

Reformas eleitorais: muito dinheiro na jogada

A falta de consenso no governo é o motivo maior da demora em definir as reformas eleitorais. São várias as sugestões existentes em como manobrar para evitar o esmagamento do PDS as urnas. E a cada casuímo pensado segue-se uma série de negociações visando acalmar e convencer os partidários do governo, preocupados em não perderem seus bons empregos.

Atualmente o centro das polêmicas está na implantação ou não das eleições em dois turnos, a implantação do voto individual — ou distritão e os critérios de inelegibilidade.

Setores do PDS exigem um maior rigor nas definições dos eleitoráveis, visando impedir a participação eleitoral dos sindicalistas combativos. O endereço dessa preocupação é a legalização do Partido dos Trabalhadores, que seguramente, contará entre seus candidatos, com aqueles que realmente representam os interesses e as lutas dos trabalhadores e que, justamente por isso, foram processados e estão ainda ameaçados pela LSN.

Lei dos estrangeiros: D. Paulo quer anistia

D. Paulo Evaristo Ams, da Arquidiocese de S. Paulo, desde o início dos debates e negociações sobre a lei dos estrangeiros, tem ressaltado a situação dos exilados políticos. Em declaração a **Em Tempo** afirma que as oposições têm que ser intransigentes em suas exigências, "centrando as reivindicações na situação em que se encontram os estrangeiros refugiados dos países do cone sul, particularmente da Argentina, Paraguai e Uruguai".

"Em favor desses refugiados políticos nós pedimos sempre que houvesse uma anistia geral, que estes tivessem sua documentação, pudessem trabalhar e organizar suas vidas. E não vivessem inseguros, com a ameaça constante de serem repatriados. Essa foi e continuará a ser a nossa luta.

A anistia que se anuncia muito

Mas o fundamental para o governo é garantir sua maioria no colégio eleitoral que escolherá o sucessor do General Figueiredo, contando com a participação de uma oposição confiável, com que possa negociar. O ministro da justiça Abi Ackel, já deixou claro que não perder o controle do processo sucessório é a condição da continuidade do "processo de abertura".

Para isso o governo já decidiu-se pela criação de mais estados, aumentando sua bancada na Câmara Federal; a criação de sublegendas para a disputa dos cargos de governador, e a redução do prazo de domicílio eleitoral para os candidatos.

O desacordo está na implantação do distritão, que substituiria o voto nas legendas pelo voto individual, com a consequência de acabar com o critério de proporcionalidade na composição das bancadas. Isso viria a esvaziar o significado político de cada partido, desvinculando os candidatos do PDS do peso de serem os representantes do governo.

Uma outra dificuldade que o pla-

nalto vem enfrentando é convencer seus adeptos em aceitarem as eleições em dois turnos. O primeiro seria para a escolha de vereadores e prefeitos, onde a vitória do governo é garantida. O segundo turno seria para a escolha de deputados, senadores e governador, onde o governo espera sua grande derrota.

As consequências seriam, além de despolitizar as eleições municipais, levar as campanhas eleitorais que já são caríssimas, a cifras astronômicas, sem falar nos custos do próprio processo eleitoral que, no mínimo, duplicariam. E assim vemos o casuísmo manifestando-se na própria argumentação, já que uma das desculpas para adiar o pleito de 1980 foi justamente os altos custos das eleições que deveriam ser evitados no momento de crise econômica que o país atravessa.

Mas essas contradições são o que menos interessa ao poder. Abi Ackel, falando à televisão declarou que "o governo não teme perder as eleições num pleito democrático, porque o governo vai enfrentá-las com todo o seu aparato montado". (L.A.)



STM ganha tempo e desmoraliza o II Exército

O Superior Tribunal Militar, no dia 2 de setembro, decidiu por maioria anular o julgamento de Lula e dos demais sindicalistas do ABC, realizado no dia 25 de fevereiro pela 2ª Auditoria Militar, em São Paulo. A razão da anulação é simples: segundo o Código de Processo Penal Militar, a ausência dos advogados no primeiro julgamento obriga à marcação de uma nova sessão.

O resultado chega a ser uma surpresa, tanto pelo conteúdo quanto pela rapidez com que o STM deu sua sentença. É um claro desgaste para o II Exército, responsável diretamente pela farsa anterior. Mas não podemos cantar vitória, ainda: os sindicalistas continuam indiciados, vão a novo julgamento. O regime ganha tempo, e enquanto isso Lula continua inelegível.

(JG)

(JM)

De pires na mão

A luz vai aumentar

A Eletrobrás, empresa estatal com o maior interesse em resolver nossa dívida externa e a situação do Balanço de Pagamentos, tem a honra de ser a primeira da lista das empresas brasileiras que devem dinheiro lá fora. E como ela não dispõe de recursos no momento, solicitou outro empréstimo de 500 milhões de dólares ao Banco Mundial para pagar os empréstimos antigos. O Banco Mundial, por sua vez, exigiu garantias: o aumento da receita da empresa. Acontece que a única forma de aumentar a receita é através do aumento dos preços das contas de luz. O que pretendem nossos governantes? Que o país fique no escuro?

E por falar em aumento...

Uma firma especializada em comportamento dos consumidores em São Paulo, descobriu que o povo está comendo menos com a crise. Como quem paga a pesquisa são as multinacionais, elas estão dizendo que se consome menos maionese, latarias, margarina, sorvete... ora, quem consumia esses produtos no Brasil eram os ricos e a classe média. Os ricos não pararam de consumir, apenas a classe média. Para a parcela mais pobre da população, a coisa está bem mais complicada. Primeiro, o pessoal, que antes já comia mal, na base do arroz e do feijão, se defronta agora com o problema do leite das crianças. O produto aumentou, no último ano, cinco vezes mais do que a inflação, e o arroz e o feijão também não baixaram. O que se vai comer então? E segundo, a questão dos trabalhadores que suam a cara nas indústrias de alimentos: os patrões já arregaçam as mangas para começar a mandar o pessoal embora.

Quem paga o pato?

Quem assiste a novela da Bandeirantes já sabe que desde que existe Brasil, os ricos perceberam que é bom negócio guardar parte da colheita de alimentos para vender depois. É claro que o pequeno produtor não pode estocar, tem de vender logo para pagar as dívidas. Agora, o governo inventou uma maneira de dizer que é bonzinho, reajustando os preços que paga pela produção rural (os preços mínimos) de acordo com o INPC, mensalmente. Como os números de partida são baixos, com os reajustes vão continuar assim. Quem tem pouca terra, vai continuar ganhando pouco, vai plantar menos ainda, vai ter de vender mais rápido e barato, se arruinando mais depressa, e indo mais para as cidades engrossar as filas dos que estão desempregados. Os grandes produtores, que podem guardar a produção, vão esperar faltar, para vender mais caro e sem ninguém chiar. O consumidor de baixa renda, no fim da corrente, vai pagar o pato.

Mas o governo é bonzinho

É a pura verdade. Só que apenas para os patrões. Para os que já estão bem, ele dá mais. Uma série de firmas que faliram e o governo comprou, volta agora para as mãos dos patrões, com a ajuda financeira do governo que vai facilitar a "compra". Eles chamam isso de "linha de crédito para a privatização". Esse dinheiro, que podia ser aplicado em benefício da população, em escolas, creches, saneamento... vai ser utilizado para que novos patrões possam administrar as empresas.

(RG).

SNI garante

Os riscos da revolta popular são altos

Em Salvador, ainda respirando o clima das revoltas populares contra os aumentos dos preços do transporte, o Dia da Independência foi comemorado pelas autoridades por um rápido desfile de 45 minutos, assistido por um público pequeno e cercado por um forte esquema de segurança. Porém, o recorde ficou com Belém, onde também houve recentemente uma agitada greve de motoristas de ônibus. Lá a comemoração durou apenas 40 minutos e as autoridades deram logo no pé.

Os sinais de que o povo está per-

dendo a paciência, vão se tornando cada vez mais visíveis. Está em mão das autoridades militares, uma pesquisa recente do SNI sobre o grau de tensão social que toma do país com o crescimento do desemprego e da carestia. Em alguns centros metropolitanos, particularmente em regiões de forte concentração operária, o SNI registrou que os riscos de uma rebelião já atingem os níveis mais altos possíveis como em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

Editorial

Nem a injustiça
nem a desordem,
mas uma
nova ordem

A crise expõe as aberrações no país dos absurdos: terras improdutivas ou apropriadas para especular e fábricas diminuindo o ritmo de suas máquinas e produção, em meio a milhões procurando terra para plantar e emprego; nas cidades, os lotes vazios são uma provocação a toda gente sem teto. Em pleno aumento da miséria, das carências, o governo resolve diminuir os gastos com a Previdência, e penaliza os que mais dela necessitam, os mais desempregados, os aposentados e viúvas de baixa renda.

O povo, em meio a tanta desordem e desgoverno, bate o pé, mexe com os mitos sagrados da burguesia, com o princípio da propriedade. Em São Paulo, Rio e outras capitais se organizam tomadas coletivas de terra para morar. Os posseiros no Sul, no Norte, e no Centro-oeste recusam-se a cumprir a ordem policial e judiciária e a abandonar suas terras e escorregar para o destino do "que não sei o que será". Em Joinville, Santa Catarina, um operário desempregado, na semana passada, encheu a cesta de alimentos em um supermercado e à saída não pagou: "quando me derem um emprego, eu pago". Acabou levando.

"São sinais de libertação" afirma o bispo Dom Angélico Sândalo da zona leste de São Paulo. Por sua vez, a CNBB, pressionada entre a moderação da hierarquia e o anseio de justiça

das bases, afirma corajosamente que temos que perseguir os imperativos mais profundos de justiça, mais "além da legalidade restrita".

Sim, são sinais de libertação, mas ainda frágeis, localizados. É preciso ainda reunir todos os anseios de justiça e liberdade em um só coro. E o 1º de outubro, data marcada por mais de mil sindicatos na CONCLAT como Dia Nacional de Luta, quando serão entregues as reivindicações dos trabalhadores ao governo, surge como uma data histórica e importante.

O governo joga a polícia e as leis contra os que tomam terras. Os trabalhadores e o povo começam a descobrir que a propriedade não é uma relação entre os homens e as coisas, mas uma relação de poder entre os homens. Por detrás da ordem natural das coisas, está o poder tornado lei e o cassete.

"Entre a injustiça e a desordem, fico com a injustiça", é o lema do governo, como expressou o novo ministro Leitão de Abreu. A opção é deles. O que interessa ao povo, o que aspiram os socialistas e por que luta o PT é uma nova ordem. Não a das propriedades, imoral e absurda, como é a atual. Mas a dos homens, livre e igualitária na produção e apropriação dos bens, que não são de ninguém mas são de todos.

Homens que fazem o Brasil grande

1 Teófilo de Azeredo Santos

O presidente da Federação Nacional dos Bancos, Teófilo de Azeredo Santos, teve um encontro com o ministro Delfin e, mais uma vez, propôs a alteração da política salarial alegando que ela é inflacionária e uma das responsáveis pelo desemprego. A proposta que implica em retirar o reajuste trimestral e os 10% além do INPC para os que ganham de 1 a 3 salários mínimos, ganhou o apoio em editorial do *Jornal do Brasil*.

Na boca do Sr. Teófilo, a tese cresce em cinismo, na medida em que sabemos que um dos principais responsáveis pelos altos índices inflacionários de hoje é precisamente o sistema financeiro que o Sr. Azeredo representa. Esse sistema vem consumindo sistematicamente vultuosos recursos da economia do país que se expressam em suas altíssimas taxas de lucro e nas taxas de juros que se situam entre as mais altas do mundo capitalista. Sabemos ainda, que a partici-

pação dos custos financeiros nos custos totais das pequenas e médias empresas é o dobro da participação da massa de salários.

O Sr. Santos sabe muito bem que qualquer medida séria de combate à inflação nesse país começaria precisamente pela estatização do setor financeiro, inclusive com a prisão de inúmeros banqueiros como sangue sugas dos recursos gerados pela produção de milhões de trabalhadores brasileiros honestos.

Ocupando o cargo de presidente da Federação dos Bancos durante todo o período da ditadura, o Sr. Teófilo é uma das principais testemunhas dos roubos realizados pelo Sr. Delfin Netto para concentrar o sistema bancário através da compra, com o dinheiro do governo e portanto do povo, dos pequenos e médios bancos. Entre 1970 e 1973 gastou-se nada mais, nada menos do que 80 milhões de cruzeiros para financiar essa operação.



Expoentes máximos dos que ganham dinheiro às custas do trabalho dos outros parasitariamente, os banqueiros são hoje os que mais lucram com a crise e os mais bem armados para impedir qualquer medida que ameace seus privilégios. E o sr. Teófilo de Azeredo Santos cada vez mais se mostra seu condigno representante.

(M.B.L.)



PONTO DE VISTA



- "Para começar não existem muitos trostkistas no Brasil. Na classe trabalhadora quase não tem. Quanto a esse negócio de extrema-esquerda, não é que os trostkistas sejam de extrema esquerda. O que acontece é que o PC está quase na extrema direita". (de Lula, em resposta a uma indagação do social-democrata, Mário Soares, sobre a infiltração de trostkistas no PT).

- "O discurso de Jarbas Passarinho de ataque à Igreja não passa de terrorismo em defesa da classe dominante". (do mesmo Lula após a reunião da Executiva Nacional do PT).

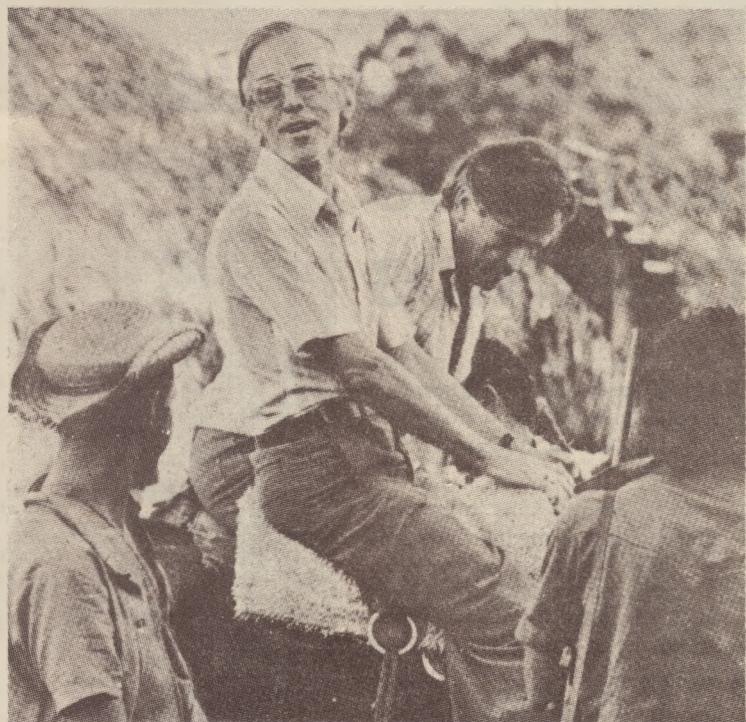
- "Estou de alma lavada". (do presidente Fi-

gueiredo informalmente ao senador Nilo Coelho um dia após o discurso de Passarinho atacando a Igreja progressista).

- "Daqui a 50 anos, nós vamos rir dessa crise". (do ministro Delfin Netto em uma roda de empresários).

- "Serei a segunda a atirar a pedra quando se iniciarem as depredações e os saques provocados pela miséria que a crise financeira do país está gerando" (de uma senhora, revoltada com as medidas tomadas pelo governo em relação à Previdência, colhida em um curso para aposentados no SESC de São Paulo).





D. Pedro Casaldáliga, com posseiros de Araguaia.

A Igreja resiste

A nova onda de confrontos entre a Igreja e o governo tem como pano de fundo o agravamento da crise econômica e a radicalização do movimento operário-popular. A bem afinada campanha do governo tem o claro objetivo de intimidar os passos da Igreja, ou de setores do clero, no sentido de acompanhar a trajetória das lutas populares.

Assim, são a atuação da Igreja no campo, apoiando até ocupações de terra e as comunidades eclesiais de base, as células de contacto da Igreja com os organismos populares, os alvos mais visados. E, em especial, a politização dessas comunidades, a opção que grande parte delas vem tomando pelo PT.

Não restam dúvidas de que, apesar da virulência dos ataques do governo, a Igreja não dobrou a espinha. A nota da CNBB, divulgada no dia 8 de setembro, chega a afirmar corajosamente que "além dos compromissos com a legalidade restrita", estão os compromissos com a justiça. Uma opção, por sinal, inversa a do novo ministro da Casa Civil, Leitão de Abreu, que prefere "a injustiça à desordem". E que tem um grande significado político para a luta dos oprimidos nos momentos decisivos pelos quais passamos.

Por Juarez Guimarães

Aprendendo com o povo

Acolhendo como legítimas até as reações armadas dos posseiros em resposta às violências a que são submetidos, questionando a propriedade que não tem função social, a Igreja dá passos decisivos no seu compromisso com as lutas populares.

No seringal "Nova Empresa", perto de Rio Branco, capital do Acre, algumas dezenas de famílias de posseiros se encontravam ameaçadas de serem expulsas de suas terras. O pretenso dono já havia até queimado e destruído várias casas de lavradores. Até que uns cinquenta deles se uniram, se armaram e se dirigiram à casa do patrão para prendê-lo e também a seus capangas. Estes, tendo percebido a tempo a ameaça, fugiram.

Os lavradores crivaram de balas a casa do patrão, arrebentaram-na toda por dentro, mas a deixaram ainda de pé. Depois foram até a casa de um dos pistoleiros e a colocaram abaixo. Diante da ação dos lavradores, o fazendeiro acabou por ceder. Quase todos os lavradores que participaram da ação eram integrantes das comunidades eclesiais de base, em cujas reuniões a ação havia sido planejada.

Acolhendo a violência

Ainda no Acre, uma vasta área que estava destinada pelo governo à colonização, foi invadida por fazendeiros que começaram a explorá-la. Um grupo de lavradores, apoiado pelo sindicato de trabalhadores rurais da região e pela Comissão Pastoral da Terra, resolveu invadir a área. Mais de 100 homens munidos de facões, numa primeira tentativa, não conseguiram penetrar na área por causa da intervenção da polícia. Fizeram, então, um recuo estratégico e, em pequenos grupos, entraram na área, abrindo assim caminho para outros.

Estes dois relatos foram testemunhados pelo teólogo Clodovis Boff, no livro "Comunidades Eclesiais de Base e Práticas de Libertação".

Estudos recentes mostraram que a cada três dias, em média,

jornais do sudeste publicam uma notícia de conflito pela terra. Comprova-se que essas notícias correspondem a menos de 10% dos conflitos cadastrados pelo movimento sindical dos trabalhadores. Um levantamento do número de vítimas que sofreram violências físicas, feito através de jornais, indica que mais de 50% delas morreram nesses conflitos. Sabe-se que, por exemplo, nos últimos dezoito meses, treze sindicalistas rurais foram assassinados.

Neste quadro, onde os recursos legais são praticamente inexistentes, acusar a Igreja de ser a responsável pela eclosão de conflitos violentos, como tem feito o governo, é no mínimo sinal de má fé. Mas é verdade que não há uma fronteira clara entre o trabalho de conscientização da Igreja e o recurso à violência. Como diz D. Alano Pena, bispo da Diocese de Marabá, "se se esgotam os canais legais e os lavradores querem partir para uma reação armada como uma contra-resposta, é um direito deles, é uma auto-defesa. Se você quer me matar e, pela justiça oficial, do regime, eu não tenho o direito de me defender, a verdade é que eu tenho todo o direito de me defender. E, se nessa defesa, eu te matar, eu estou com a justiça do meu lado — legítima defesa."

Questionando a propriedade

O marco mais importante dos envolvimentos da Igreja nas lutas no campo foi a criação da Comissão Pastoral da Terra, em junho de 1975, durante um Encontro de Bispos da Amazônia sobre Terra e Migrações. Hoje, a CPT ampliou a sua atuação praticamente para todo o país, estruturada em 18 regionais.

Foi da CPT, de anos de experiência de trabalho rural, a inspiração do documento "Igreja e problemas da Terra", aprovado pela CNBB em fevereiro de 1980. Duramente criticado por organismos patronais do campo como um libelo contra o "direito de propriedade", o documento é básico para entender a postura da Igreja frente às recentes invasões de terra, no campo e na cidade.

Nele se diz, que "a terra é um bem natural que pertence a todos e não um produto do trabalho. Mas, é o trabalho sobretudo que legitima a posse da terra". A partir desse princípio, o documento afirma que existe a "terra de exploração" e a "terra de trabalho". A primeira "seria a terra que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho ou que nunca tiveram acesso a ele, quanto da especulação que permite o enriquecimento de alguns a custa de toda a sociedade". Já a terra de trabalho seria a possuída por quem nela trabalha e cuja "concepção aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse".

Submetendo o direito de propriedade ao crivo de sua função social, a Igreja chega assim à condenação como ilegítima da "terra de exploração", cujas propriedades abarcam 34% das terras no Brasil. É essa orientação oficial que tem sustentado o posicionamento da Igreja ao apoiar como justas as ocupações de terras no campo, como em Ronda Alta, e nas cidades, por famílias sem local de moradia.

O confronto dia-a-dia

28 de agosto — A CNBB lança o documento "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política" na qual afirma que "acentuou-se nestes últimos anos uma orientação da economia para atividades favorecedoras das classes de alto rendimento, inclusive mediante formas requintadas de corrupção e suborno, em direta oposição aos interesses do povo". Não bastam as eleições livres, afirma o documento.

29 de agosto — O coronel Jarbas Passarinho em entrevista à *Folha de São Paulo*, depois divulgado no programa oficial de rádio "A Voz do Brasil", denuncia que "várias comunidades eclesiais de base estimuladas por uma parcela da Igreja progressista que fez opção pelo socialismo" estão propondo invadir terras, "criando um estado de espírito que pode resultar num banho de sangue".

30 de agosto — Bispos de todo o país respondem às acusações de Passarinho. Em São Paulo, Dom Angélico Sândalo, declara que "o problema não está em que o clero lidera invasões de terra e sim no fato de que o governo do qual o coronel faz parte continua criminosamente omissivo na urgente questão da reforma agrária".

31 de agosto — Em Ronda Alta, o major Curió abandona o acampamento acusando os padres de serem "falsos profetas" que manipulam os colonos com fins políticos. No Araguaia, agentes da Polícia Federal ocupam a Igreja para desferir ataque à ação dos sacerdotes locais.

1 de setembro — Agentes da Polícia Federal prendem em São Geraldo do Araguaia (PA) os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, acusando-os de incitar posseiros no episódio que resultou na morte de um gerente de uma fazenda.

2 de setembro — Em Brasília, o bispo D. Alano, de Marabá, denuncia que a Polícia Federal proibiu com ameaças de prisão qualquer reunião das comunidades eclesiais de base.

4 de setembro — O bispo Dom Acácio infirma que a Igreja decidiu não celebrar missas especialmente programadas pelas prefeituras, dentro das comemorações da Semana da Pátria nas quinze paróquias pertencentes à diocese de Palmares, na Zona da Mata pernambucana.

6 de setembro — O prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, acusa "organizações religiosas" de organizarem o movimento de ocupação de terras na capital paulista.

8 de setembro — Acusada de apoiar ocupações ilegais de terra, a CNBB lança nota em que afirma que "é necessário evitar acusações arbitrárias e atender as necessidades do povo para além da legalidade restrita, atendendo aos imperativos profundos de justiça e fraternidade". Em Ronda Alta, é realizada missa de desagravo contra as acusações lançadas pelo major Curió.

9 de setembro — Em discurso no Senado, Passarinho afirma que "nem Marx foi tão genial e eficiente na defesa de sua doutrina como os autores das cartilhas publicadas pelas comunidades eclesiais de base". "O discurso de Passarinho me deixou de alma lavada", afirmaria Figueiredo informalmente no dia seguinte ao senador Nilo Coelho.

10 de setembro — Em Uberaba, o arcebispo Dom Benedito denuncia a existência de "uma campanha orquestrada contra a Igreja" com o objetivo de criar um clima semelhante ao que precedeu 64".

Nova Iguaçu O Comando Delta ataca

A Diocese de Nova Iguaçu tornou públicas no último dia 10 denúncias de pressões terroristas que vêm sofrendo pessoas da Igreja e lideranças de movimentos populares da cidade. Uma mulher já foi violentamente sequestrada, telefonemas anônimos ameaçam com explosões de bombas e os locais de reunião das comunidades eclesiais são vigiados.

A diocese de Nova Iguaçu veio a público denunciar no último dia 10 as terríveis pressões e ameaças que estão sofrendo os membros da comunidade da Igreja na cidade. Ameaças que fazem lembrar o atentado sofrido por Dom Adriano Hipólito em 1976, quando foi sequestrado e barbaramente humilhado.

A repressão, que segue pessoas nas ruas, que abre correspondência de irmãs estrangeiras, que vigia os locais de reunião, mais uma vez mostrou sua face mais repulsiva; a tortura. Dois homens num volkswagen azul placa RY 1923 seguiram um grupo que voltava para casa depois de convocar o povo para uma caminhada até a Prefeitura no dia 31 de julho. Estes dois homens barraram o grupo apontando revólveres e um deles arrastou uma das senhoras até o matagal, infligindo a ela toda espécie de humilhações e desrespeitos. Depois ameaçaram todo o grupo, dizendo: "você vão se dar mal, se não pararem com estes movimentos".

Alguns dias antes, os pais de uma líder de bairro receberam o seguinte telefonema: "Somos do Comando Delta. Se vocês e a filha de vocês não pararem com essa transa de esquerda, vamos colocar uma bomba no carro de vocês, vamos acabar com vocês". O Comando Delta é a mesma entidade que assumiu, através de telefonemas anônimos para redações de jornais, a autoria das explosões que viriam a ocorrer no Rio-Centro.

Um outro telefonema foi atendido por uma funcionária da Caritas Diocesana que recebeu uma ameaça do mesmo comando Delta: "Se vocês não pararem a gente vai botar uma bomba aí!". A seguir, ligaram novamente pedindo informações a respeito da Igreja do Brasil e sobre Movimento de Amigos de Bairros. Foram, ao todo, três telefonemas, feitos aparentemente de um mesmo local: uma sala com barulho de máquinas e pessoas conversando.

Na nota distribuída à imprensa no dia 10, assim se posiciona a Diocese de Nova Iguaçu: "clamamos mais uma vez, pelo esclarecimento e punição legal destes e de tantos outros atentados praticados contra aqueles que, dentro e fora da Igreja, lutam por uma vida melhor para o povo tão massacrado da Baixada Fluminense. É bom que as autoridades se lembrem que a paciência deste povo tem limites. Não adianta mais disfarçar com gratuitas acusações ideológicas aquilo que é fome, miséria e desespero mesmo! Problemas que devem e podem ser resolvidos através de uma vivência econômica e social que respeita o homem e sua imagem de Deus, e não visa apenas às afrontosas vantagens das minorias espoliadoras".

As CEBs e o PT

À medida que se generalizam as definições de comunidades eclesiais de base pelo PT, cresce a pressão do governo para que a Igreja se mantenha afastada das atividades políticas nacionais. O processo de envolvimento da Igreja com a política reflete, no entanto, tendências mais duradouras que se ligam ao momento de crise por que passa o Brasil.

Além da questão da terra, é o envolvimento da Igreja na política que tem sido o alvo preferido das investidas do governo. Mais particularmente, o incentivo à reflexão dos cristãos, a respeito da opção partidária.

Não é sem motivos, o aborrecimento do governo. Pois as cartilhas de reflexão que circulam entre as comunidades eclesiais de base trazem uma forte rejeição ao PDS, identificado com os privilégios, com os donos das fábricas e latifundiários. E mais ainda, porque a tendência maior é estimular a filiação ao PT.

"Uma criança inesperada, que aproveitou uma brecha durante a reformulação partidária e apareceu através de sindicalistas lutadores, como Lula, Jacob Bittar e Manoel da Conceição", afirma a cartilha da CPT. No último dia 6, por exemplo, 500 dirigentes de Comunidades Eclesiais de Base, da Diocese de Lins, São Paulo, resolveram optar pelo PT. Ele foi identificado como o único partido que lutava por uma mudança do sistema, "sem se preocupar em eleger representantes que ficarão subordinados às regras do jogo impostas pelo sistema capitalista".

"Apoiamos decididamente o povo e esse parece ter se identificado com a proposta do PT e, assim, acusam-nos de apoiar o partido de Lula", afirma o padre Agostino Garabello de Teófilo Otoni, na mesma linha de Dom Tomás Balduino.

Enfim, a opção pelo PT aparece menos como resultado de uma indução externa da Igreja e muito menos de "infiltração", como quer a grande imprensa. Com forte enraizamento popular resistente às práticas de conteúdo parlamentar e de manipulação, as comunidades eclesiais passam hoje pelo forte apelo de politização que percorre a sociedade.

Uma tendência difícil de ser revertida, mesmo pelo numeroso clero moderado e conservador que ocupa a maioria dos postos na hierarquia da Igreja. Como afirma o cardeal Aloísio Lorscheider, presidente da CNBB, "não há impedimento legal que proíba as comunidades eclesiais de discutirem política. E da mesma forma que a Igreja orienta os seus fiéis para um engajamento sindical, ela orienta os seus fiéis para um engajamento político".

(J.G.)

São Geraldo do Araguaia Padres presos e posseiros torturados



Em São Geraldo do Araguaia, quase na fronteira de Goiás com o Pará, sucedem-se desde o dia 31 de agosto dezenas de sessões de cânticos e orações pela libertação dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou. Os dois sacerdotes estão presos, acusados de incitar um grupo de posseiros que emboscaram agentes federais. Também foram presos 13 posseiros que se entregaram no dia 18, permanecendo incomunicáveis até o dia 4 de setembro.

O bispo de Conceição de Araguaia, dom Patrick Joseph Hanrahan, relata as violências sistemáticas que são cometidas contra os posseiros da região. Em São Geraldo, um posseiro com mais de 50 anos foi obrigado, recentemente, a beber uma xícara de urina de um soldado. Em Xinguará, o bispo tem conhecimento de vários posseiros seviciados sexualmente pela polícia. (J.G.)

O governo busca um bode expiatório para a crise

(*) José Ibrahim

Os choques que estão ocorrendo entre a Igreja e o governo só podem ser compreendidos no contexto em que estamos vivendo. A situação da classe trabalhadora em geral é extremamente calamitosa. Mesmo os trabalhadores que conseguiram manter seu emprego, têm dificuldades, por exemplo, de dar conta dos aluguéis que consomem grande parte de seus salários. As invasões de terra, tanto na cidade como no campo, são parte dessa realidade. A Igreja no decorrer do período recente veio aprofundando uma opção pelos pobres, pelos oprimidos, estimulando que eles através de suas organizações criem as suas próprias soluções. Assim, integrada a estes movimentos, a Igreja tem tomado posições justas, coerentes inclusive com sua doutrina social.

Ao deflagrar esta campanha de acusações e repressão contra a Igreja, o governo tem por objetivo buscar um "bode expiatório" para o descalabro que o país atravessa, que tem na sua condução da política econômica o principal responsável. Além, é claro, de procurar desgastar os padres progressistas frente à opinião pública.

Um outro aspecto importante é o fato de Igreja começar a questionar a política do governo na sua incapacidade de oferecer soluções para o país. E

começa também a buscar uma alternativa no campo político fora deste tipo de governo.

Eu, particularmente, acompanhei o esforço de reflexão dos militantes cristãos, das comunidades eclesiais de base, a respeito da questão da partidária e acho natural que elas desaguassem no PT, como no plano sindical desaguam nas oposições sindicais e no sindicalismo autêntico. É uma questão de coerência de projetos que acreditam na organização popular como forma de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

É evidente que a Igreja enquanto instituição não pode se definir por um partido político. Mas ninguém pode questionar a legitimidade do esforço que vem fazendo para estimular a discussão entre seus fiéis e as comunidades eclesiais de base.

Ao PT, desenvolvendo a sua vocação de partido amplo, de massas e democrático saberá acolher não apenas os trabalhadores cristãos, mas também de outras crenças religiosas, de filosofias diversas. O que importa é o objetivo de libertação da classe trabalhadora e, em relação à prática social que a Igreja vem desenvolvendo acredito que será uma confluência duradoura, de sentido estratégico e não eventual.

José Ibrahim é membro da direção nacional do PT

Em São Paulo, no Rio, em Porto Alegre e em Vitória sucedem-se os casos de ocupação de terrenos vazios pela população sem lugar de morar. O governo lança mão das leis e da polícia, a grande imprensa acusa, os partidos de oposição moderada propõem negociar. Espoliado pelos aluguéis em alta, recusado pelo BNH, que está desativando os seus programas de habitações populares, encurralado pela especulação imobiliária, desamparado pelo desemprego. Entre o viaduto e o lote vazio, o povo escolhe o que é justo, o que é digno.

E começou a ocupação das terras

Por Marília Carvalho

No dia 30 de outubro foram 400 famílias, num terreno da prefeitura, localizado na Zona Sul de São Paulo. No domingo seguinte, eram 1.500 pessoas que demarcavam seus lotes de 10 por 25 metros, num terreno de 28 alqueires, conhecido como Fazenda Itupu, propriedade do IAPAS (órgão do Ministério da Previdência Social).

Entre milhares de outras ocupações, origem das 1.100 favelas registradas pela prefeitura de São Paulo, estas ganharam as primeiras páginas dos jornais, pela novidade da organização e do número espantoso de ocupantes.

As ocupações trouxeram para o centro político do país o conflito pela terra.

Começa a corrida contra o tempo: os posseiros limpam os lotes, marcam as ruas; o Ministério da Previdência abre imediatamente ação judicial, pedindo "reintegração de posse", isto é, a retirada dos ocupantes.

O juiz da 6ª Vara Federal dá ganho de causa ao IAPAS e, a qualquer momento,

a polícia pode invadir a fazenda e desalojar os moradores. O prefeito Reynaldo de Barros, em ritmo de campanha eleitoral, oferece-se para mediar negociações. O ministro Jair Soares, da Previdência, bloqueia: os terrenos valeriam 1,5 bilhão de cruzeiros. Falham as negociações. Em assembleia, os moradores decidem resistir à polícia.

São 4 horas da madrugada do dia 12 de setembro. Um monstruoso aparato policial percorre a estrada da Riviera, que dá acesso ao terreno do IAPAS: mais de cinco mil policiais armados, tropas de choque, cavalaria, polícia feminina, homens do Serviço Reservado e da Polícia Federal. Na fazenda, dormindo em seus lotes, eles encontram apenas 110 ocupantes, que decidem se retirar.

Enquanto isso, no terreno da prefeitura, menor e menos badalado na imprensa, os moradores prosseguem construindo suas casas, se preparando para lutar pela instalação de luz e água e resistir a uma possível repressão.

Um sonho de 4x4m

Sábado à tarde. Sol e muita poeira, contrastando com o verde sombreado dos sítios e casas burguesas quase em frente. Canaletas cavadas na terra branca demarcam as ruas, os lotes, uma área maior reservada para o "salão comunitário".

"Meu lote é esse daqui — aponta D. Etelvina, baiana, 2 filhos pequenos. Meu marido ficou sabendo da invasão aqui e viemos construir. Ele era retificador numa firma e está desempregado há 15 dias. Compramos os blocos com o dinheiro do Fundo. Vamos ver se, não pagando aluguel, dá pra segurar."

São muitas famílias trabalhando, espalhadas pelos 400 lotes demarcados no terreno, atrás da torre da Record. As casinhas vão subindo, um sonho tão difícil, tanta luta, por 2 ou 3 cômodos de blocos de cimento, sem nenhum acabamento, telhas de amianto. "Parece pequena, mas tem 4mX4m", comenta um "construtor". Eles sabem que, quanto mais construir, menor a possibilidade de serem expulsos e várias famílias já estão morando lá.

Dois homens, cheios de poeira, crachá escrito "Comição", conversam sobre uma reunião no dia seguinte. A "Comissão" é responsável pelo traçado das ruas, não deixar que proprietários de outras casas

venham buscar lote, garantir lotes do mesmo tamanho, um pra cada um.

Fazenda Itupu, de novo nas mãos do IAPAS

Alguns quilômetros à frente, três carros de polícia, os homens numa roda sob as árvores, guardam a propriedade do IAPAS, enorme, inútil, vazia. "Eu tava lá de madrugada e nunca vi tanto polícia junto — conta Carmem, duas filhas, empregada doméstica. Sustento minhas filhas sozinha, com 12 mil cruzeiros. Eu era metalúrgica, mas minha firma mudou para Osasco e só ia me pagar uma condução. Daqui até lá, são três ônibus. Aí eu peguei esse serviço em casa de família. Imagina se eu vou poder pagar o aluguel que vai pra 6 mil cruzeiros!"

Uma semana depois da ocupação, ficaram os restos de cabanas onde as famílias passavam a noite, ficou o mato queimado, os tocos de demarcação dos lotes. "Lá a gente perdeu o controle — conta um membro da comissão da fazenda do IAPAS. Tinha gente até perder de vista. Quem tava lá por que não aguentava mais o aluguel, voltou pra casa, pra ver um jeito de se virar. Mas tem os que já estavam despejados. Estes... acho que vai ter novas invasões por aí não tenha dúvida."



Lotes marcados, famílias acampadas na Fazenda Itupu - SP

A defesa da propriedade

Bastou tocar no sagrado princípio da propriedade para que a grande imprensa esquecida de suas diferenças, ladrasse toda ela no mesmo tom. Isto é competiu palmo a palmo com a **Veja** no tom policialesco, preocupada em revelar os "agitadores" e qualificando a invasão das terras como uma provocação à "abertura".

Um artigo da **Folha de S. Paulo**, assinado por Odon Pereira, foi até mesmo utilizado como peça da acusação aos posseiros na ação movida pelo IAPAS; "foi através das notícias veiculadas na imprensa", respondeu o delegado do Deops, Romeu Tuma, a uma pergunta sobre como tinha tomado conhecimento da participação da Igreja nas invasões.

"Se a solução proposta aos que tentam fugir de aluguéis elevados é a invasão de terras, ela pressupõe que para resolver a questão do desemprego a via será a tomada das fábricas", perguntava, por sua vez, angustiado, o editorialista da mesma **Folha de S. Paulo**, dia 10/9.

Dentro do município de São Paulo

47% do espaço urbano encontra-se desocupado, num total de 240 mil hectares de terra, que dariam para alojar outra São Paulo, ou seja, mais 8 milhões de pessoas, segundo informações do professor Cândido Malta Filho, ex-coordenador chefe da COGEP (Coordenadoria Geral de Planejamento). Destes terrenos, dentro da capital, 16% pertencem ao governo!

Na região de Guarapiranga, onde ocorreram as duas invasões, há 430 milhões de m² na mesma situação, ou seja, totalmente desocupados. Enquanto isso, segundo a sub-prefeitura regional, de cada 100 habitantes de Campo Limpo, também na Zona Sul, 13 são favelados.

Ora, há maior desordem do que essa, a institucional, a mesma que o governo se dispõe com a lei e com o exército a defender a todo custo? Não há como ocultar a evidência de que o que a grande imprensa fez, ao recorrer aos eternos princípios da "ordem" e da "propriedade" foi simples e cinicamente defender privilégios.

PT apoia os ocupantes

Enquanto os outros partidos de oposição, no máximo, pediam ao governo que evitasse a violência, o presidente do PT, Lula, afirmava à imprensa que, entre a justiça e a lei, ficava com a justiça. Aqui, a nota oficial do PT-paulista, convocando os militantes a apoiar os ocupantes.

A situação de miséria social, o desemprego, os baixos salários, os altos preços dos aluguéis e a impossibilidade de suportar as elevadas prestações do BNH, na aquisição de casa própria, tudo isso, ou seja, o fato de o governo não tomar efetivas providências no sentido da solução do problema habitacional no país, e o escândalo de manter 28 alqueires de terra improdutivos e sem qualquer função social nas barbas de uma população carente como é o caso dos moradores da Zona Sul de São Paulo, só poderia dar no que deu. Estes são os fatos e esta a razão essencial da invasão da Fazenda Itupu (...)

O PT deixa claro à população que sua proposta para a solução do problema é a imediata identificação dessas áreas desocupadas e a formulação de uma política de ocupação e uso do solo urbano e de construção de casas próprias que garantam ao trabalhador condições decentes de habitação.

No caso da Fazenda Itupu, o PT pro-

põe ao governo que não se deixe levar pelos artifícios dos "riocentro" e que busque uma solução negociada junto à Comissão de Moradores. Para acompanhar o caso e auxiliar a Comissão na exigência de uma solução para seus problemas e na busca de impedir que contra os moradores seja movido qualquer tipo de violência e repressão, o PT designou uma comissão de parlamentares. (...)

Nesta direção, o PT conclama seus militantes e a população a se manterem firmes na defesa de seus direitos mais legítimos, resistindo a qualquer manobra de intimidação ou provocação.

Finalmente, o PT julga extremamente responsável a posição manifestada no despacho do Sr. Juiz da 6ª Vara Federal, quando diz: "A única solução viável, parece-me, não é jurídica, mas sim política e sua execução só pode ser feita pelo governo federal, através da desapropriação da área, para sua transferência aos atuais detentores."

Vila Ramos - Porto Alegre

Moradores organizam o espaço

Os moradores da Vila Ramos, em Porto Alegre, são na sua maioria operários metalúrgicos, que há alguns anos vem acumulando uma história de lutas pelo abastecimento de água, luz e condições mínimas de moradia. A vila situa-se numa área invadida e desde 1979 foi enquadrada no projeto PROMORAR, ficando seus moradores a espera de uma solução que resolvesse "de uma vez por todas" seu problema de moradia.

Mas os primeiros contatos com o projeto da prefeitura foram suficientes para indicar que não era adequado para uma vila da periferia, com população de baixa renda. A largura nas ruas no projeto da prefeitura pressupunha um grande fluxo de automóveis e o próprio tamanho dos terrenos era muito grande. Caso esse projeto fosse realizado, não haveria lugar para todos os "posseiros" da vila. A localização prevista para o campo de futebol era no centro da vila, enquanto a creche era na periferia, o que para os vilienses era um absurdo.

Descontentes com esse projeto e assessorados por urbanistas e arquitetos do PT, os vilienses decidem eles próprios elaborar um projeto de urbanização alternativo, mais coerente com as suas necessidades. O projeto hoje está pronto, tendo pas-

sado pela discussão de todos os moradores, quarteirão por quarteirão, onde todos juntos decidiram a localização das praças, o tamanho das ruas e dos terrenos.

Recuo da Prefeitura

A Prefeitura, que inicialmente comprometera-se a aceitar o projeto dos moradores, recua ao deparar-se com um traçado urbanístico que no futuro, não poderia ser utilizado pelos setores da classe média. Recusando-se a autorizar a realização do projeto e ameaçando transferir a verba para uma outra vila, o diretor do Departamento Municipal de Habitação, Arthur Zanella, conta com o apoio de uma associação fantasma e do vereador do PDT João Satte.

Pressionados por essa chantagem, os moradores resolveram realizar um plebiscito para deliberarem se levam ou não adiante o seu projeto de urbanização. Inseguros por verem setores da oposição apoiando o governo, os moradores estão aprendendo mais uma lição: na hora do Estado decidir entre proporcionar posse de terra à alguns "maloqueiros" ou favorecer a "especulação imobiliária", atual ou futura, tenderá a prevalecer os interesses da classe à qual serve.

(Alvaro Merlo)

Vitória/ES

Uma cidade sobre o mangue

O processo de ocupação de terras vazias na periferia urbana é uma história antiga e contínua nas capitais brasileiras. Aqui, o exemplo de Vitória, uma cidade que cresce sobre o mangue.

Vitória já tem, hoje, cinco milhões de metros quadrados de terras ocupadas. São populações vindas do sul da Bahia, nordeste de Minas e do norte do próprio estado do Espírito Santo, em busca de um emprego na grande Vitória. O processo é antigo, pelo menos desde a década de cinquenta, e vem se intensificando ultimamente, num novo surto de ocupações. A maioria das áreas ocupadas é da união, morros e mangue, onde os barracos são construídos sobre a água.

Os moradores ocupam as áreas coletivamente, sabendo que é do número que vem sua força. E o caso por exemplo, do Bairro São Pedro, surgido de quatro etapas diferentes de ocupação, que hoje abriga mais de duas mil famílias com renda entre um e dois salários mínimos.

A repressão sobre essas ocupações gra-

dativas, tão características das grandes cidades brasileiras, fica por conta, em Vitória da polícia Civil e de particulares, como a Companhia Vale do Rio Doce, que utiliza seus "seguranças" para espantar moradores e desocupar áreas de que a Companhia alega ter prioridade.

Mais ou menos garantida a posse, os moradores começam a se organizar para garantir novas conquistas, como água, luz, aterro do mangue e para organizar o traçado das novas ruas que vão sempre surgindo. As ruas são batizadas com nomes sempre ligados à história de lutas do bairro: Rua do Natal, lembrando o dia da ocupação definitiva; Rua do Acordo, onde se reuniram com os antigos ocupantes para lutarem em conjunto etc.

(da Sucursal)

Transporte:

Um roubo de 30 bilhões

De janeiro para cá o óleo diesel já teve seu preço reajustado em 110%. Mas, se observarmos as tarifas cambiais e o aumento do preço do petróleo importado, veremos que 45% desse valor não se justifica, constituindo-se em lucro do governo ao revender o óleo para os distribuidores. Seu preço atual é de Cr\$ 38,60, e poderia ser de Cr\$ 34,30 se fosse revendido a preço de custo. Com esses valores repassados para o preço das passagens, temos que o transporte coletivo custa 15% mais caro que deveria, somando um total de 30 bilhões de cruzeiros que são pagos ao governo pelos usuários do transporte coletivo.

De nada adiantou a iniciativa dos prefeitos do próprio PDS que exigiam que o óleo diesel fosse revendido a preço de custo para as empresas de transporte coletivo. O super ministro Delfim Neto declarou que o "subsídio" do óleo diesel só seria possível se as próprias prefeituras o assumissem. Ao mesmo tempo, coerente com sua linha de beneficiar apenas os ricos desse país, o ministro liberou 40 milhões para tentar levantar o seu já desacreditado Pró-Alcool — destinado ao transporte individual das classes médias e ricas. Para isso conta com o apoio de seu subserviente Ministro de Minas e Energia, Cesar Cals, que se propõe a reduzir o preço do álcool em relação à gasolina.

Para o transporte coletivo urbano, responsável pela massa dos deslocamentos, as propostas do governo são muito mais

pragmáticas e, como sempre, dificultam ainda mais as precárias condições de vida da classe trabalhadora: as empresas e prefeituras de S. Paulo pretendem retirar os bancos dos ônibus, aumentando sua lotação para 114 pessoas. Já o ministro dos transportes, Eliseu Resende, pretende diminuir os custos do transporte coletivo instalando roletas automáticas — cada uma no valor de 300 mil cruzeiros — e dispensar os trocadores de ônibus.

Seguramente não é essa a alternativa para os trabalhadores. O presidente do sindicato dos motoristas de S. Paulo Francisco Ivan Gutierrez denuncia que a instalação das roletas automáticas, além de vir em benefício direto das multinacionais que as produzem, provocará o desemprego de cerca de 100 mil pessoas em todo o país. A reunião dos sindicalistas realizada em Brasília com o ministro dos transportes propôs como melhor solução para o setor, a estatização das empresas de transporte urbano, eliminando o fator lucro do preço das tarifas, ao mesmo tempo que garantiria uma melhor conservação dos veículos e uma jornada de trabalho normal para os trabalhadores. Reivindicam também a redução da jornada de trabalho para 6 hs, como forma de garantir o emprego. Denunciam que há empresas onde motoristas e cobradores trabalham até 16 hs por dia e apenas 8 são computadas. Com isso, além de não recolherem os encargos sociais, movimentam toda a frota com metade do pessoal necessário.

Mas enquanto a incompetência do governo não encontra formas de reduzir os preços das tarifas, os próprios usuários organizam-se para conter os aumentos. Ao episódio de Salvador, que sacudiu o país inteiro, somam-se manifestações em vários outros estados com o mesmo objetivo: conter os preços das tarifas. No Amazonas, a população da capital foi às ruas protestar contra o aumento das tarifas em um ato público convocado pela União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas. A resposta do governo, ali também, foi uma violenta repressão, com várias prisões, onde não faltou a invasão e depredação da Igreja de S. Sebastião pelos soldados da PM e a prisão de um de seus padres.

Nesse momento as atenções estão todas voltadas para Belo Horizonte, onde o prefeito pretende fazer vigorar a partir do dia 15 de setembro, um aumento de 61% nas tarifas. Duas manifestações foram feitas pelas organizações de usuários. E a população já deu mostras de estar preparada para enfrentar com muita luta esse novo aumento.

(L.A.)



Manifestação de favelados em Vitória - ES

Previdência dá a bancos 200 terrenos iguais ao que tirou dos posseiros paulistas

O terreno ocupado por cerca de mil e 500 famílias na Zona Sul de São Paulo é de propriedade do IAPAS, órgão do Ministério da Previdência, que, em nome da "crise do INPS", acaba de retirar 10% dos vencimentos de 3 milhões aposentados. Ao entrar com ação na justiça contra os posseiros, o Ministro da Previdência, Jair Soares, revelou que seu Ministério possui Cr\$ 26 bilhões em imóveis espalhados pelo país, todos em "processo de venda", ou seja, desocupados e inúteis, vários deles já ocupados por posseiros. No Rio, por exemplo, 25 famílias foram desalojadas pela PM, no dia 10 de setembro, de um terreno do IAPAS em Jacarepaguá. A ação da polícia foi

tão violenta que foi qualificada pelo bispo Dom Eugênio Salles de "subversiva".

A fazenda ocupada em São Paulo foi avaliada em escritura em um bilhão de cruzeiros, mas quando a prefeitura propôs repassá-la aos ocupantes, o ministro deu o preço de Cr\$ 1,5 bilhão. Tudo isso fica ainda mais estranho quando se sabe que o INPS dará de graça aos bancos, este ano, Cr\$ 300 bilhões em juros, apenas por possuir um sistema de duas contas, uma para depósitos dos contribuintes e outra para pagamentos. Apenas com a unificação das contas, poderiam ser comprados 200 terrenos iguais à Fazenda Itupu, que abrigariam, no mínimo, 300 mil famílias. (M.C.)

A Igreja e a Revolução

Entrevista concedida a Regis Moraes e Meritxell Tarrés



EN LA
GUERRILLA
CABE UN
SACRISTÁN

(VICTOR JARA & CAMELO TORRES)

A América Latina, conquistada com a cruz e a espada da Espanha e de Portugal, é hoje a principal base de sustentação da Igreja católica. Se é indiscutível que a Igreja, historicamente se colocou a serviço dos poderosos e dos opressores, é também indiscutível que ela vem sofrendo um processo de transformação, desde o Concílio Vaticano II, que refletiu o desenvolvimento de uma poderosa força revolucionária de suas bases, que pretende levar a cabo o processo de transformação social, sem abdicar de suas convicções religiosas e enfrentando, com maior ou menor clareza, o conservadorismo da hierarquia tradicional.

Por seu número e por sua inserção social, essa força representa, por um lado, um fator político de importância fundamental para a revolução socialista latino-americana e, por outro, um desafio teórico e político para o marxismo no continente.

Também nesse terreno, a revolução nicaraguense é um exemplo com o qual muito se tem a aprender. Nela assistimos a um fenômeno novo: a radicalização política e ideológica dos setores mais combativos da Igreja, a partir da experiência prática de uma revolução vitoriosa. O que constitui também um desafio a ser enfrentado pela Igreja dos demais países da América Latina e especialmente pela Igreja brasileira, no momento em que o conflito entre a Igreja e o estado capitalista em nosso país atinge níveis críticos.

Recentemente, estiveram no Brasil o sacerdote Pedro Leoz, dirigente do Centro de Educação e Promoção Agrícola e o camponês Juan Isidro Betando, membro do comitê Executivo da Coordenação Nacional de Comunidades Cristãs e Camponesas. Eles vieram para mostrar a realidade Nicarágua e esclarecer junto à opinião pública a campanha que os setores conservadores da Igreja nicaraguense estão levando contra o governo sandinista.

Nesta entrevista, exclusiva para o EM TEMPO, discutem a relação entre cristianismo e revolução à luz de sua experiência recente.

— Não existiria uma contradição entre a sua tarefa enquanto sacerdote e o curso revolucionário da Nicarágua atual?

Pedro: Pelo contrário. Não somente porque os cristãos também fizeram a revolução, mas porque creio que a revolução contribui para a transformação da sociedade e a maioria das sociedades em que vivemos tem uma estrutura injusta. Na Nicarágua de hoje estou passando pela etapa mais feliz e fácil de minha vida como sacerdote e como homem; não apenas não tenho tido contradições mas, ao contrário, enormes facilidades para transmitir a mensagem cristã da forma em que creio e para a qual tenho dedicado minha vida.

“Como a burguesia pode levar adiante a campanha de difamação da revolução nicaraguense como marxista e atéia tendo tres ministros sacerdotes e outros de convicção e prática católica no governo sandinista?”

— Mas essa não parece ser a opinião de todos os católicos na Nicarágua. Dos bispos, por exemplo.

Pedro: A postura dos bispos é um tanto duvidosa. Eles se movem hoje entre forças muito contrárias: de um lado a burguesia e o CELAN e de outro, a igreja popular. A burguesia, que tradicionalmente se considerou católica em nosso país, tem uma cultura católica mas não uma vivência católica. A ela não interessa a transformação social e da estrutura econômica injusta, pois isso lesa seus privilégios e nesse sentido, tem pressionado muito a hierarquia religiosa para que defenda seus interesses. Quanto aos bispos, está claro agora que eles desejavam apenas a mudança do governo de Somoza, mas não a transformação total da economia do país como está se dando. É isso que explica sua posição duvidosa: em alguns momentos se colocaram a favor de que os cristãos participassem do processo revolucionário e depois começaram a recuar. Desta ambigüidade surgiu o conflito com os sacerdotes que são ministros do governo: o Ministro da cultura, o do bem estar social e o das relações exteriores.

Nossos bispos, em unidade com a burguesia, queriam que os sacerdotes se retirassem do governo para melhor levar adiante a campanha de difamação do processo revolucionário da Nicarágua como marxista e ateu. E seria muito difícil convencer ao mundo disso tendo três ministros sacerdotes e outros de convicção e prática católica.

— E qual a situação atual desse conflito?

Pedro: Houve uma reunião no Vaticano entre os bispos da América Central e os superiores religiosos do continente, onde os bispos manifestaram temores quanto à influência marxista na Igreja. Em contrapartida, os superiores religiosos tinham o testemunho das dezenas de sacerdotes e centenas de catequistas a ...nados nos últimos anos. O sangue derramado é um argumento forte demais e ao regressar à Nicarágua, Monsenhor Obando conversou com os sacerdotes que participam do governo e ficou acertado que eles continuariam trabalhando em sua condição de ministros.

— Na sua opinião, a Igreja enquanto instituição, internacionalmente e particularmente na Nicarágua, tem interesses próprios para lutar contra a revolução nicaraguense?

Pedro: Como membro da Igreja e membro da Igreja de base, creio que há uma concepção normalmente equivocada que é a de tomar a Igreja como o núcleo de suas autoridades; a Igreja é o povo que vive a fé, que celebra a fé, que tem uma interpretação da vida segundo o evangelho. E nesse sentido, é claro que a Igreja está a favor do processo revolucionário da Nicarágua. Ao nível institucional, nossa hierarquia, desde Roma até a América Latina, teve momentos maravilhosos a partir do Concílio Vaticano II. Mas nunca toda ela. Existem setores de direita que resistem à transformação e continuação resistindo. O mais importante no entanto é que já temos amplos setores do episcopado latino-americano que estão a favor da Igreja popular.

— Que relação você estabelece entre os marxistas e os católicos que desejam a revolução social e o bem-estar do povo? Existe um caminho comum entre eles no futuro da América Latina?

Pedro: O fato de que, historicamente a religião tenha se oposto ao marxismo criou uma dificuldade histórica que nestes momentos eu creio que está se recuperando na América Latina. O marxismo luta pelo bem coletivo e o cristianismo desenvolveu suas primeiras etapas nas comunidades, buscando também o bem estar coletivo. O marxismo exige de seus militantes uma capacidade de sacrifício e entrega aos companheiros. Eu creio que esta é a mística do amor quando nós religiosos dizemos que o fundamental é amar ao próximo. O marxismo desenvolve um homem comunitário e o cristianismo se não é comunitário não é um verdadeiro cristianismo. O marxismo é a favor dos trabalhadores e dos escravos de hoje e do mundo atual, quando Cristo morreu e se sacrificou pelo povo. Para mim então, entre o cristão e o marxista parece haver muitas coincidências. A diferença fundamental é que o marxismo coloca uma solução para o que podemos ver e tocar, que é a nossa vida; enquanto nós cristãos, temos ao mesmo tempo uma concepção transcendente. Se ao marxismo juntamos essa concepção transcendente, então o marxismo não nos coloca nenhuma dificuldade. E para os verdadeiros marxistas igualmente, desde que os cristãos se engajem no processo revolucionário, sua concepção transcendente não pode colocar nenhuma dificuldade.

“Marxistas e cristãos, estamos colaborando no processo de melhoramento das condições de vida do povo, unidos na mesma tarefa. Nosso inimigo comum é o capitalismo.”

Essa experiência de junção entre marxismo e cristianismo não é um problema teórico para os pequenos círculos de cúpula. Na Nicarágua é uma experiência que está acontecendo praticamente, sem nenhum problema. Marxistas e cristãos estamos colaborando no processo de melhoramento das condições de vida do povo, unidos na mesma tarefa e sem discutir o que nos separa. Nosso inimigo comum é o capitalismo.

— Por falar no inimigo, Juan

Isidoro Betanco, você que vê na zona da fronteira com Honduras, enquanto cristão, como vê a perspectiva da ameaça permanente de invasão por parte dos seis mil agentes da guarda nacional de Somoza?

Juan: O compromisso de nossa organização cristã com a revolução e com o povo é irreversível. Desde o início da luta contra a ditadura somozista, sabíamos que enfrentaríamos a violência de um exército poderosamente armado com aviões, canhões, tanques enquanto nós contaríamos apenas com pequenos rifles e revólveres. Enfrentamos recentemente o assassinato de dois dirigentes de nossa comunidade e mais seis pessoas, entre elas uma mulher e uma menina. Mas isso apenas consolida ainda mais nosso compromisso com os pobres. Sabemos que uma agressão norte-americana é possível, mas preferimos morrer a voltar à escravidão.

“A burguesia, que tradicionalmente se considerou católica em nosso país, tem uma cultura católica, mas não uma vivência católica. A ela não interessa a transformação da estrutura econômica injusta.”

— As comunidades cristãs participam na criação de milícias?

Juan: Sim. Setenta por cento das pessoas que compõem as 110 comunidades cristãs organizadas na Nicarágua estão integradas nas milícias e o processo de criação das milícias continua avançando.

— E até quando você acredita que essa situação pode durar em seu país?

Juan: Creio que passarão muitos anos e nunca chegaremos a terminar o processo revolucionário. Sempre encontraremos coisas para mudar e superar.

Pedro: Mas eu não duvidaria da estabilidade. A revolução na Nicarágua é estável. O povo está com ela e portanto não vejo nenhum perigo de que ela possa voltar atrás.

— Sim. Mas até quando terão de lutar contra as ameaças que o imperialismo exerce sobre a revolução?

Pedro: Até que o imperialismo seja derrotado. Na verdade ele já está bem ferido.

— Ou seja, existe uma ligação concreta entre a revolução nicaraguense e a revolução no resto da América Latina?

Pedro: Creio que toda a América Latina, onde a imensa maioria da população vive nas mesmas condições em que vivia a população nicaraguense, terá de fazer sua revolução, de acordo com as particularidades de cada país. Por hora o único inimigo que nossa revolução tem é o inimigo do norte que por sua vez é o inimigo comum de toda a América-latina.

Juan: Eu gostaria de voltar à questão do marxismo. A burguesia e o imperialismo atacam constantemente a revolução nicaraguense como marxista. Eles querem fazer crer que o marxismo é o inimigo de Deus. Mas nós, que conhecemos o marxismo na prática, estamos conscientes de que o inimigo do cristianismo não é o marxismo, mas bem o contrário. Nossa prática junto com os marxistas é muito positiva e se justifica porque temos um inimigo comum, bem identificado que é o capitalismo.

1.º de outubro

Milhões de trabalhadores, em todo o país, terão suas campanhas salariais decididas nestes próximos três meses. A preparação do Dia Nacional de Luta, marcado para 1.º de outubro, pode ser um passo decisivo para a unificação dessas campanhas, a nível estadual e nacional, criando as bases organizativas e políticas da resposta operária à exploração e à crise. As manifestações de outubro assumem o caráter de teste para uma ação centralizada, em todo o país, do movimento dos trabalhadores. A Comissão Pró-CUT tirou como orientação para os sindicatos a realização de assembléias preparatórias por categoria, até 26 de setembro. É um trabalho intenso, sistemático. E pau na máquina.

Construção da unidade

Momento decisivo na história

Por Antonio Nahas Jr.

Plenária da CONCLAT



Emílio Brauns

O movimento sindical vive hoje uma situação contraditória. Por um lado, realizou uma CONCLAT bastante representativa onde foi aprovada a proposta de caminhar para uma greve geral, caso o governo não atenda às reivindicações propostas. Por outro lado, as campanhas salariais deste semestre apresentam um panorama pouco animador. É fato que a resposta sindical ao desemprego tem sido tímida e que mesmo nas categorias onde as ondas do movimento de massas foram mais fortes, as assembléias salariais são acanhadas. Ninguém aposta na conjuntura atual, em uma campanha salarial isolada. Os trabalhadores esperam por mobilizações conjuntas, que unifiquem as lutas contra seu inimigo comum: o poder onipresente do estado burguês. Isto assinala o fim de um ciclo de mobilizações e o início de outro.

O ascenso do biênio 78/79 se deu sob uma base organizativa frágil, às vezes quase inexistente. Mas esta realidade foi parcialmente modificada por estas mobilizações. A vida dos sindicatos foi dinamizada, categorias que sequer realizavam assembléias dignas desse nome passaram a fazê-lo, mesmo sob direções pelegas. Vários sindicatos abandonaram o peleguismo e acontecimentos como as eleições metalúrgicas de S. Paulo demonstraram a existência de uma crescente consciência anti-pelega e

classista em importantes setores de trabalhadores.

A CONCLAT é a expressão máxima do avanço político-organizativo deste período. Sua simples realização já fornece um referencial novo ao movimento sindical, uma bússola, um norte político. Revela além da força acumulada do movimento sindical, a necessidade da unificação destas forças em um único movimento com grande potencialidade. A greve geral aprovada significa além da unificação nacional das lutas, da ruptura com o corporativismo, uma clara politização do movimento sindical, uma forma consciente de luta contra o Estado burguês.

Unificar as campanhas

Mas, neste período que se inicia, cresce em muito a responsabilidade das lideranças sindicais. Coloca-se agora a necessidade evidente de um trabalho sistemático e consciente, taticamente definido para uma superação madura do período anterior. Não só explicar e convencer as massas da necessidade de lutar, mas da criação de instrumentos organizativos de base sólidos, e formas nacionais de luta que acuem o poder burguês, que fortaleçam a unidade operária.

Neste sentido, o primeiro passo a ser dado é a unificação das campanhas salariais das categorias com datas-base próximas, através da realização de assembléias comuns inter-categorias,

incorporando as bandeiras prioritárias da CONCLAT nas minutas de reivindicações e formando comissões comuns de negociação.

A segunda questão: as inter-sindicais e a Comissão pró-CUT. A CONCLAT abalou o esquema das unidades sindicais burocráticas, formais, afastadas da base, ao aprovar um plano de lutas concretas em direção à CUT pela base. Criou-se uma dualidade. Em vários estados existem os sindicalistas participantes da pró-CUT e as "unidades sindicais". Os pelegos e os reformistas vão fazer de tudo para manter os seus aparelhos e impedir os encaminhamentos das resoluções da CONCLAT. Diante disso, brigas nas cúpulas não resolvem. A única saída está na unificação das campanhas salariais através de pautas e comandos unificados. Pode-se, assim, vir a construir comandos inter-sindicais que reflitam as categorias de trabalhadores em luta.

Por último, o PT precisa definir uma intervenção sindical. Os militantes petistas mais combativos não podem aceitar indecisões do PT diante da realização dos atos de protesto no 1.º de outubro. O PT deve girar sua prática para a preparação destes atos, trabalhar na sua organização, disputar sua direção política. Só a presença firme do nosso partido poderá imprimir uma política operária à sua realização e garantir seu êxito.

São Paulo:

A unificação das datas-base

Cerca de quarenta categorias, pelo menos, estarão em campanha salarial nos próximos três meses, no Estado de São Paulo. Apenas na Região da Grande São Paulo, cerca de 1 milhão de trabalhadores, dos quais perto de 200 mil são sindicalizados, participarão dum ritual a que já se acostumaram.

Ao movimento sindical fica a responsabilidade de apresentar um salto qualitativo para o movimento, que rompa o isolamento de categorias, que apareça como uma saída confiável, unificada, forte, para um campanha combativa. Esses dados e essa oportunidade tornam necessário um plano de unificação, de constituição de um comando único, de um calendário articulado entre as várias categorias, de comissões de mobilização comuns, de assembléias regionais (região por região na capital), entre várias categorias e assim por diante. É essa unificação que poderá trazer à classe trabalhadora a confiança para entrar num enfrentamento mais ofensivo, decidido, com os patrões e o governo.

A Comissão Pró-CUT no Estado tem a oportunidade e a chance histórica de construir a CUT pela base, através dessa unificação de lutas.

Dissídios entre 1/10 e 1/11

Número de trabalhadores da categoria, sindicalizados e datas-base. A base territorial, na maior parte dos casos, é a região da Grande São Paulo.

Categoria	Sindicalizados	Data	dissídio
Químicos	70.000	10.000	nov./dez.
Abrasivos	4.800	1.500	1.º out.
Papéis e papelão	18.000	8.500	outubro
Gráficos	25.000	12.000	out./nov.
Mat. Plást.	55.000	15.000	dez./janeiro
Fiação e Tecelagem	150.000	12.000	
Carne	10.000	1.300	1.º novembro
Couros	17.000	4.000	novembro
Marceneiros		2.000	dezembro
Cervejas e bebidas	3.000	1.200	1.º out./1.º abril
Vidreiros	25.000	9.000	dezembro
Bancários	130.000	44.839	1.º set.
Met. Guarulhos	55.000	15.000	1.º nov.
Met. Osasco	37.000	16.000	1.º nov.
Met. S. Paulo	400.000	55.000	1.º nov.

Obs.: dados fornecidos pelas entidades.

No dia 1º de outubro, a Comissão Pró-CUT estará entregando ao governo e aos patrões as exigências dos trabalhadores do país: pela estabilidade no emprego desde o primeiro dia de trabalho, pela jornada de 40 horas sem redução dos salários, contra a política habitacional e previdenciária do governo, por uma reforma agrária radical, pela liberdade e autonomia sindical e pelo fim do regime político-econômico, com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, democrática e soberana. Ao mesmo tempo, em todos os estados estarão sendo realizadas manifestações de protesto, entre as 11 e 12 horas e entre as 17 e 19 horas.



CONCLAT 1981: janelas para o futuro

Manobras na comissão Pró-CUT

Por dezoito votos a 11, havendo sete abstenções, e quando vários sindicalistas já haviam se retirado, a comissão pró-CUT elegeu a executiva nacional, composta por 23 membros e 6 suplentes. A composição política desta executiva é francamente favorável ao peleguismo e ao reformismo. Dos 23, sete são nomes de trabalhadores rurais, nove são indicações das "Unidades Sindicais" e apenas sete são sindicalistas autênticos.

Assim, se na CONCLAT o reformismo foi politicamente derrotado, agora, no "tapetão", nas manobras, procura recuperar o espaço perdido. Nada mais ilustrativo disso do que a exclusão de Edson, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, com uma base de 150.000 bancários, sob o argumento pouco convincente de que seria necessário "aumentar a representatividade do Nordeste"...

Dia 21, haverá uma reunião desta comissão executiva, onde novas questões importantes serão decididas: a escolha do Secretariado e a definição do local/sede da pró-CUT.

Os delegados presentes na CONCLAT têm todo o direito de saber o que se passa na comissão que eles elegeram. É necessário que os sindicalistas autênticos, que representavam a vontade política da maioria da CONCLAT divulguem claramente os resultados e denunciem todo o oportunismo destes burocratas sindicais.

São os seguintes os sindicalistas escolhidos para a executiva nacional: José Francisco da Silva, Roberto Horiguti, Orgeino Rotti, Eraldo Azevedo, Agostinho Buliski, André Mon-

talvão e Ângelo Mosquem, pelos sindicatos rurais; Luís Inácio da Silva, Arnaldo Gonçalves, Hugo Peres, Jacob Bittar, Lauro Hageman, Olívio Dutra, João Carlos Araújo, Jorge Bittar, Ivan

Pinheiro, Guilherme Tell Furtado, João Vasconcelos, Raimundo Guerreiro, Edvaldo de Souza, Lázaro Bilac, Francisco Alano e Armando Rollemberg. (A.N.)

Um ensaio para a greve geral

Olívio Dutra (*)

No próximo dia 1º de outubro, em todo o país, através das mais variadas formas de mobilização, trabalhadores da cidade e do campo irão manifestar sua inconformidade e descontentamento frente à situação de opressão e exploração a que estão submetidos, agravada agora pela tragédia do desemprego. Será um protesto nacional contra esta realidade imposta por um regime a serviço do patronato nacional e multinacional.

Para isso o 1º de outubro tem que ser um dia em que todas as categorias de trabalhadores (sindicalizados ou não), os mais diversos movimentos populares, milhares de associações de bairro e vila, enfim, um dia em que todos os organismos e setores populares que têm, dado grandes demonstrações de luta, ainda que isoladas, façam um ato unitário de todos os trabalhadores do campo e da cidade.

O eixo destas manifestações deve ser a denúncia do desemprego, a crise a que o governo levou a previdência social, a situação trágica dos aposentados, o

direito à posse da terra no campo e na cidade, a exigência de preços congelados para os gêneros de primeiros necessidade, salários dignos e a luta pela democracia como um regime a ser construído pela maioria da população a serviço de seus interesses.

Noutro nível, o 1º de outubro tem que ser também uma demonstração do grau de consciência, mobilização e organização já atingidos pelos setores populares. Isto porque a partir desta data vamos ter que avaliar nossas forças para decidirmos sobre os posteriores encaminhamentos — no caso do governo se negar a atender as nossas reivindicações — em particular a questão da greve geral. Esta perspectiva da greve geral, aprovada pela CONCLAT, não está de maneira alguma fora dos nossos horizontes se pretendemos levar adiante a mobilização e a luta que agora estamos deflagrando a nível nacional.

(*) Olívio Dutra é presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, membro da Executiva da Comissão pró-CUT e 1º vice-presidente do Partido dos Trabalhadores.

Aos trabalhadores e ao povo brasileiro

Manifesto da Comissão Nacional pró-CUT para convocação unificada em todo o Brasil do dia 1º de outubro.

A Comissão Nacional PRÓ-CUT (Central Única dos Trabalhadores), eleita na histórica 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA realizada em Praia Grande, conclama e convoca os trabalhadores de todas as categorias, do campo e da cidade, a participarem do DIA NACIONAL DE LUTA — 1º de outubro — para discutirem seus problemas e se manifestarem em defesa de suas reivindicações:

1 - Luta contra o desemprego:

Não aceitamos o sacrifício gerado pelo descalabro do sistema econômico em vigor e, por isso, lutamos pelo pleno emprego, por uma jornada de 40 horas semanais, sem redução de salários, e pela estabilidade a partir do primeiro dia de trabalho.

2 - Luta contra a carestia:

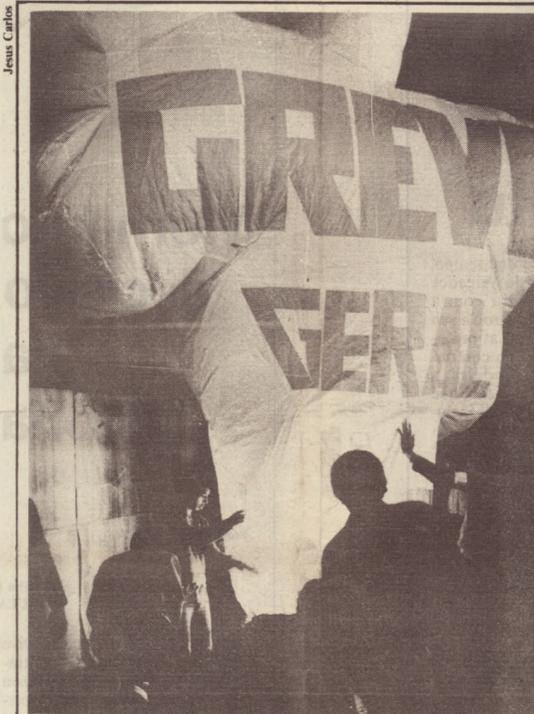
Não suportamos mais o alto custo de vida, que se reflete nos exorbitantes preços dos alimentos, dos aluguéis, dos remédios, do transporte coletivo e dos insumos agrícolas, enquanto pequeno grupo de privilegiados fica cada vez mais rico à custa da miséria do povo.

3 - Luta contra o "pacote" previdenciário:

Não admitimos qualquer redução nos benefícios e nos serviços de assistência médico-hospitalar devidos pela Previdência à classe trabalhadora. E exigimos a extensão desses benefícios aos trabalhadores rurais, mantido o custeio dos fundos através da contribuição indireta.

4 - Luta pela reforma agrária:

Não nos conformamos com a crescente concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos, enquanto milhões de famílias que dependem da terra para seu sustento, não têm um palmo sequer para nela trabalhar. Os trabalhadores do campo e da cidade reivindicam uma reforma agrária ampla, massiva e imediata que conte com com a participação direta dos trabalhado-



*O que será, que será
Que andam suspirando pelas alcovas
Que andam sussurrando em versos e trovas
Que andam combinando no breu das tocas
Que anda nas cabeças, anda nas bocas
Que andam acendendo velas nos becós
Que estão falando alto pelos botecos
E gritam nos mercados que com certeza
Está na natureza.
O que não tem certeza nem nunca terá
O que não tem concerto nem nunca terá
O que não tem tamanho.
O que será, que será
Que vive nas idéias desses amantes
Que cantam os poetas mais delirantes
Que gritam os profetas embriagados
Que está na romaria dos mutilados
Está na fantasia dos infelizes
Está no dia a dia das meretrizes
No plano dos bandidos, dos desvalidos
Em todos os sentidos.
O que não tem descência nem nunca terá,
O que não tem censura nem nunca terá
O que não faz sentido.
Que todos os avisos não vão evitar
Porque todos os risos irão desajar
Porque todos os sinos irão repicar
Porque todos os hinos irão consagrar
E todos os meninos vão desembrasar
E todos os destinos irão se encontrar
E mesmo o padre eterno, que nunca foi lá
Olhando aquele inferno, vai abençoar
O que não tem governo, nem nunca terá
O que não tem vergonha, nem nunca terá
O que não tem juízo.*

Chico Buarque de Holanda

res rurais e defendemos uma política agrícola que garanta o justo preço para os produtos.

5 - Luta pelo direito à moradia:

Não aguentamos a marginalização a que está sendo submetida grande parte da população do campo e da cidade, obrigada a viver em favelas, mocambos e palafitas. Repudiamos a política habitacional do governo e apontamos como justas as tentativas daqueles que lutam pelo direito a uma moradia decente.

6 - Luta pela liberdade e autonomia sindical:

Não necessitamos da tutela estatal, ou de quem quer que seja para definirmos os rumos do movimento sindical. Repudiamos veementemente o assassinio, a prisão, o enquadramento, o afastamento e cassação de dirigentes sindicais livremente eleitos. Somos firmemente pela revogação da LSN e de todas as limitações ao exercício do direito de greve.

7 - Luta pelas liberdades democráticas:

Estamos convencidos de que só alcançaremos nossas reivindicações com o fim do atual regime político-econômico e a construção de um Estado efetivamente democrático, que conte com a participação direta da classe trabalhadora e que passe por uma Assembleia Nacional Constituinte, Democrática e Soberana.

Trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil!

A partir dos nossos locais de trabalho, dos nossos Sindicatos, nas fazendas, nas fábricas, nas oficinas, nas repartições públicas e em qualquer comunidade, temos que provar a nossa disposição de luta. Por nossos filhos, pelo futuro, o dia 1º de outubro significará mais um passo para a construção da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES e pela grande arrancada para a conquista de nossas reivindicações. Todos juntos ao DIA NACIONAL DE LUTA.

Ronda Alta: colonos vencem Curió

A luta dos "sem terra", em especial o apoio aos colonos de Ronda Alta, será um dos eixos propostos pelo PT para o 1º de outubro no Rio Grande do Sul. A luta dos colonos atravessa um momento importante já que o coronel Curió, agente do governo especializado em resolver conflitos no campo, chamado ao Rio Grande para acabar com a luta dos "sem terra", teve que abandonar o estado.

Abaixo, trechos da carta recém divulgada pelos colonos.

Pra todo povo que nos ajuda e pras autoridades

O nosso acampamento tava uma beleza, nós tinha grupo de família pra estudar o Estatuto da Terra, nós tinha grupo de reza e de canto. Tinha comissão da distribuição da comida, de agasalho, e tinha Comissão de Animação, de bem-estar e Comissão Geral (...)

Ai veio o Coronel Curió, veio com um montoeira de agentes secreto da polícia, com a polícia rodoviária, e com três caminhões de

soldados do exército com aquelas roupas de guerra, cheia de folha. O Coronel veio com o objetivo de convencer nós de ir pro norte. E começou a fazer o serviço. Botou barreira no acampamento e começou a desunir o povo (...)

Ele e seus homens vivem fazendo ameaça pra quem não quer ir pro Mato Grosso. Nesses dias eles ficaram passando com um guincho no acampamento e ficaram falando pelo alto-falante que quem não quiser ir pro Mato Grosso, vão acabar com os barracos botando fogo. Ele vive espalhando medo entre o povo. Assustando a turma. Não deixa ninguém se reunir (...)

É pressão por todo lado. Todo dia nós temo que astear a bandeira e cantar o hino nacional. Vocês já viram situação igual? Até parece quartel.

O Governo anda dizendo que não tem recurso pra comprar terra pra nós. Nós perguntamos: vocês já imaginaram a quantia de dinheiro que foi gasto com caminhão da COBAL, com a manutenção de todos esses soldados do exército,

com essa gente da polícia que acompanha o coronel, tudo gente que ganha muito bem, com os gastos da viagem de avião, com uma montoeira de condução? Nós achamos que com esse dinheiro gasto em uma semana, quase que já dava pra comprar essa terra. Pelo menos era dinheiro melhor aplicado.

Nós queria também fazer um apelo a todo povo, pras entidades, pros sindicatos, pra aqueles que sempre nos ajudaram, que continuam nos ajudando nessa hora difícil de enfrentar o Curió. Venham nos visitar. Mandem cartas. Mandem avisos pro Governo. Reclamem pras autoridades de nossa situação. Não deixe o Coronel Curió nos ameaçar e nos meter medo. Nos ajudem a conquistar a terra do Rio Grande do Sul, que é o único objetivo nosso. E digam pro Governador, que nós estamos esperando que ele cumpra a palavra, que disse no ano passado na Macali, que lugar de gaúcho é no Rio Grande.

SE VOCÊ NOS AJUDA, NÓS VAMOS CONTINUAR FIRME. MUITO OBRIGADO.

(da Sucursal)

Rio: um 1º de outubro unitário

Dando continuidade à articulação dos sindicalistas combativos, na linha dos encontros de Monlevade e São Bernardo, realizou-se no Rio encontro de cerca de cem ativistas sindicais. A questão central que dominou o debate foi a necessidade de consolidar esta articulação enquanto uma alternativa de propostas e encaminhamentos para o movimento sindical. Neste sentido foram aprovadas as propostas de eleger uma coordenação de responsáveis pelo encaminhamento do dia Nacional de Lutas e marcar um novo encontro de sindicalistas no primeiro domingo de outubro.

Ao lado desta preocupação mais geral, a atenção imediata desta ple-

nária esteve voltada para a preparação do 1º de outubro. Decidiu-se encaminhar em conjunto com a unidade sindical/RJ, a realização de uma manifestação unitária no dia 1º, na praça XV, seguida de uma caminhada pelo centro da cidade. Precedendo a esta manifestação, propõe-se a realização de manifestações por local de trabalho e por zonas de concentração de trabalhadores, como Nova Iguaçu, Caxias, Niterói, etc.

Unidade sindical

O ponto onde mais houve divergências foi a participação na Unidade Sindical. No fundo estava a discus-

são de como prosseguir na criação de intersindicais democráticas e representativas desencadeadas a nível nacional pela CONCLAT, com a formação da Comissão Pró-Cut. Na CONCLAT foi aprovada, na comissão sobre sindicalismo, mas não submetido ao plenário final, a proposta de realizar ENCLATs, com o objetivo de eleger intersindicais com um caráter realmente democrático. Esta proposta vai ser levada à frente pela articulação que se desenvolve, e contrapõe-se diretamente à proposta cupulista da unidade sindical, que já se considera hoje uma intersindical nestes moldes.

(Joaquim Soriano)

História de duas greves gerais

A organização de campanhas salariais unificadas e a construção de "Unidades Sindicais" pela base, organizadas a partir de lutas concretas, já é uma tradição do movimento sindical brasileiro. Essa tradição, hoje, está sendo retomada pelos trabalhadores. Abaixo veja o registro dessas duas greves gerais no estado de S. Paulo.

1953:

data: março/1953
nº de grevistas: 300.000
categorias: têxteis, metalúrgicos, carpinteiros, gráficos, marceneiros, vidreiros
reivindicações: 50% de aumento salarial, soltura dos grevistas presos
duração: 1 mês
conquistas: 32% de aumento
formas organizativas: por categoria: comissões de salários dos sindicatos, responsável pela deflagração e manutenção da greve; comissões de fábricas;

inter-categoria: Comitê inter-sindical de greve.

Este comitê deu origem ao pacto de Unidade Intersindical — PUI — e ao Pacto de Unidade e Ação — PUA — organismos intersindicais paralelos à estrutura verticalista do sindicalismo brasileiro.

1963:

data: outubro de 1963
reivindicações: Unificação da data-base; negociações entre a FIESP e a CNTI (representando categorias

profissionais, 79 sindicatos, 4 federações); reajuste salarial de 100% revisados após 4 meses; igualdade de remuneração aos trabalhadores após a vigência do acordo;

duração: 1 mês
conquistas: 80% de aumento salarial; 25% de antecipação salarial a partir do 7º mês de vigência do acordo; libertação de todos os grevistas presos (mais de 1.000)
formas organizativas: deflagrada e organizada pelo PAC (Pacto de ação conjunta), baseado em assembleias intersindicais, comissões de bairro, conselhos de empresa e numa Comissão Geral de Greve.

O DOPS na campanha do pelego

Enquanto a "abertura" não chega aos sindicatos de trabalhadores no Brasil, teremos que conviver com episódios como o das eleições no Sindicato da Construção Civil em S. Paulo, que se dava quando do fechamento dessa edição. Apesar da oposição ter criado um esquema para tentar barrar as fraudes da diretoria pelega, o processo era quase impossível.

Primeiro pela dificuldade em se conseguir os fiscais para atuarem em nome da oposição: o número de sindicalizados indexados é baixíssimo (cerca de dois mil e quinhentos) o medo ao desemprego campeia solto na categoria e a tradição policialesca da atual diretoria é bem conhecida. Segundo, pela existência de uma verdadeira "máfia" sindical, composta de mesários, fiscais, escrutinadores e liberadores de urnas, que servem a qualquer pelego em perigo. Para se ter uma idéia, só funcionários do Sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo, os pupilos do Joaquinção, contamos doze elementos nos postos-chaves da eleição. E enquanto isso, a imprensa não tinha acesso à sede do sindicato por, segundo um diretor, uma questão de ética. E como se isso tudo não bastasse, a oposição ainda tinha de enfrentar os esbirros policiais, que se confundiam com o pessoal da situação.

O casamento era tão perfeito, que só podíamos distinguir os policiais fardados. Um elemento que fazia propaganda da Chapa 1, de repente aparecia segurando um cassete numa das mãos, e um par de algemas na outra...

Tudo isso se refletiu no primeiro dia de eleições, 14 de setembro. Os fiscais da Chapa 2 não estavam credenciados e tratava-se de impedir que as urnas itinerantes não saíssem sós, expostas a todo tipo de fraudes. O que se viu, então, faz lembrar os episódios mais absurdos já praticados pelos pelegos na história do sindicalismo.

Caso estranho

Algumas equipes de pelegos saíram sorrateiramente do sindicato, antes do horário estabelecido. Outras eram colocadas em carros que eram jogados em cima dos que tentavam evitar a sua saída. Se não bastasse a máquina do sindicato, a polícia e o DOPS vieram dar a sua contribuição com cinco carros de "combate".

Um membro da Chapa 2 foi brutalmente agredido por um agente do DOPS e três outros foram presos. Às 13:00 horas, em uma roda de conversa, um membro da chapa pelega comentava para um opositorista: "você são bobos, pensaram que podiam ganhar, mas a máquina já está funcionando. Você sabe o que está acontecendo com as urnas que saíram? Hoje mesmo nós completamos o quorum e definimos a vitória da Chapa 1."

No segundo dia, devido às pressões e à cobertura da imprensa, o atual presidente do sindicato credenciou alguns fiscais. E um estranho caso começou a ocorrer: as urnas fiscalizadas quase não colhiam votos (há inclusive algumas que não chegaram a colher nenhum voto) enquanto que com as outras, sem fiscais, ocorria o contrário. (R.M.)



A Chapa 2, oposição.

Metalúrgicos de Itu

Mais um pelego está preparando o pijama para se aposentar, embora, é claro, a contragosto. O Sindicato dos Metalúrgicos de Itu e Salto realizará eleições em 23 e 24 de setembro. Como para segurar a "boca" todos os artifícios são válidos, e a burocracia do Ministério do Trabalho é "compreensiva" com os problemas da pelegada, temos aí um exemplo do que pode fazer a legislação sindical que ainda existe nesse país. Houveram eleições a pouco tempo atrás, a oposição venceu, com mais de 70% dos votos, mas não foi empossada. A DRT alegou que oito membros da chapa de oposição eram "ilegais".

- Curioso saber porque não impugnou quando do registro da chapa, para permitir a troca dos nomes...

E o pelego Godoy não perdeu tempo, apoiado pelo PDS, através do vereador Dito Roque, de Itu, que entra com a grana, esperou na moita, e registrou a sua chapa com o número dois para as próximas eleições, tentando com isso confundir os eleitores. Mas isso vai ser difícil: a categoria já conhece bem a oposição, que já assumiu a direção da categoria, inclusive dirigindo e levando à vitória uma greve na fábrica Pich. E a categoria é bastante aguerrida. Dos cinco mil operários que compõem a base, mais de dois mil são sindicalizados. Para liquidar mais esse pelego a oposição só precisa é de algum dinheiro. Quem puder contribuir, envie sua contribuição para a Caixa Econômica Federal - Agência Itu, na conta nº 00011386-1. (R.G.)

Aposentados em campanha

Serei a segunda a atirar a pedra quando se iniciarem as depredações e os saques provocados pela miséria que a crise financeira do país está gerando". A frase não é de nenhum incendiário, mas foi colhida de uma senhora que frequentava um curso do SESC em São Paulo. Revela bem a disposição dos aposentados em receber o recente "pacote" da Previdência.

Um Comitê Nacional de Defesa dos Aposentados, composto por 59 deputados de todos os partidos opositoristas, em conjunto com entidades representativas de aposentados, já está em campanha contra as medidas anunciadas pelo governo. Em alguns locais, como no Rio, está se programando até mesmo atos de protesto.

Com a retirada dos 10% de aumento além do índice do INPC, são 2 milhões e 800 mil aposentados prejudicados. O aposentado ou viúva que receba um salário-mínimo perderá 336 cruzeiros por mês.

Além disso, a retirada de 75% dos vencimentos do aposentado que retorna ao trabalho é um flagrante absurdo já que, só para se ter uma idéia, aquele que se aposentou em 1975 com cinco salários-mínimos, com a perda do poder aquisitivo, receberia hoje apenas três. Sem falar que os funcionários militares discriminatoriamente não são atingidos pela medida.

Como é o caso do ex-presidente Geisel, que tem duas aposentadorias, volta a trabalhar e não perde nada.

Funcionários públicos

Um levantamento feito pelo próprio governo a respeito dos salários dos funcionários públicos demonstra que, além de crescer a sua defasagem em relação ao mercado de trabalho, têm sofrido uma enorme perda do poder aquisitivo nos últimos anos. O motivo principal dessa perda é o fato destes salários não serem reajustados semestralmente como os demais.

Dois exemplos ajudam a mostrar a verdadeira decadência dos salários dos funcionários que têm como patrão o Estado.

Em 74, o salário inicial do enfermeiro era de Cr\$ 3.870,00. Se fosse corrigido de acordo com a inflação, o salário inicial desta categoria deveria ser de Cr\$ 69.764,00 quando é hoje, na realidade, de Cr\$ 28.777,00.

Por outro lado, um inspetor de trabalho cujo salário era de Cr\$ 4.080,00, em 74, recebe hoje Cr\$ 35.832,00, quando seu vencimento deveria ser de Cr\$ 73.550,00. Enfim: literalmente, o governo está roubando de seus funcionários!

Novas leituras

Para conhecer o CGT e o movimento operário

- Caderno Sindical EM TEMPO nº 1
 - CGT - Sérgio Amad, Editora Grêmio Politécnico
- Comissões de Fábrica, uma forma de organização operária, Editora Vozes.
- Perspectivas do Novo Sindicalismo - Coleção Brasil dos Trabalhadores, apresentação de José Ibrahim, Edições Loyola



JORNAL DO PT

Um apanhado das várias idéias e sugestões que começam a surgir a respeito do que deve ser o jornal nacional do partido.

Por Flávio Andrade

Temos que fazer tudo para lançar o primeiro número do jornal já na convenção nacional do partido no dia 27. Nestes termos Lula respondia, na semana passada, a uma pergunta/cobrança do EM TEMPO a respeito da saída do jornal nacional do PT. E completava: "passado agora o sufôco das pré-convenções, eleições sindicais e CONCLAT, temos que tirar o atraso nos encaminhamentos e formar já na semana que vem uma comissão para tocar o assunto".

A direção nacional do partido já havia aprovado numa reunião em final de junho a proposta do jornal. Mas o fato é que desde então nada se fez de concreto para preparar o lançamento. Por outro lado, dentro da própria direção não há ainda uma idéia precisa e consensual do que deve ser este jornal: Lula, por exemplo, ambiciosamente, cogita se o ideal não seria o partido ter uma folha, tamanho standard, diária. Francisco Weffort, 2º Secretário Nacional, de outro lado, prefere um jornal mais substantivo e volumoso, ainda que a contrapartida em termos de custo financeiro seja ajustar-se a uma periodicidade talvez quinzenal. E, entre estes dois modelos, surge toda uma série de variantes.



O projeto da Secretaria de Imprensa

Um "Projeto básico preliminar para o jornal oficial nacional do PT" já está pronto para apreciação da direção nacional desde março, elaborado por Perseu Abramo, secretário de Imprensa e Propaganda do partido. Mas sua discussão sistemática ainda não entrou em pauta e só irá ocorrer agora esta semana na comissão que virá a se constituir. Perseu propõe neste estudo que "A Voz do Trabalhador" (nome sugerido) seja inicialmente quinzenal. Um jornal capaz de atrair trabalhadores da cidade e do campo, independente de sua opção partidária, e não um simples boletim interno do partido, embora seja também o grande difusor destes assuntos. O jornal deve ser colado à conjuntura política nacional mas, coloca Perseu, poderá trazer também uma página interna a ser substituída para cada região do país

como forma de complementação de seu caráter.

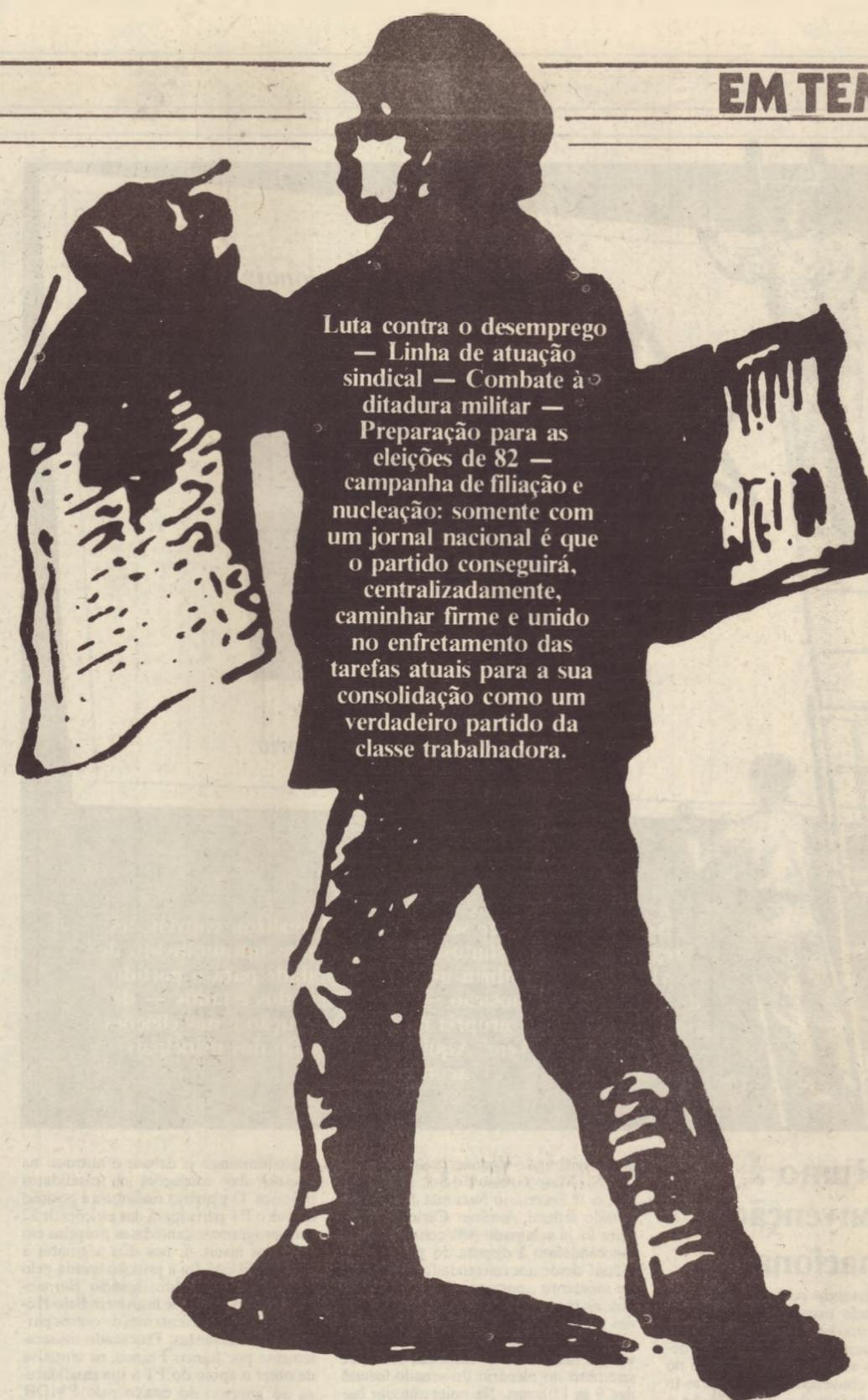
No seu estilo, deve ser "agressivo, mas de uma agressividade hábil e inteligentemente dosada". Quanto ao tamanho, Perseu propõe no seu projeto o formato standard, com 16 a 20 páginas e uma tiragem entre 50 e 60 mil exemplares. Finalmente, o custo previsto para esta proposta é de cerca de três a cinco milhões de cruzeiros mensais para sua fase de implantação.



Há recursos para o jornal?

"A questão do dinheiro, argumenta Weffort, é o entrave central para o projeto de jornal que desejaríamos. É por aí que teremos que chegar à fórmula não apenas ideal mas também possível para hoje". E tocando no mesmo problema, Jacó Bittar, Secretário Geral do PT, aponta um caminho: "o partido é sabidamente pobre para uma despesa tão cara como um jornal. Mas temos uma grande força inexplorada; por um lado o público comprador militante e por outro os recursos jornalísticos e humanos em geral de que o partido dispõe em suas fileiras. Há ainda a imprensa alternativa: boa parte dela está no PT. E se fizerem como vocês do EM TEMPO já colocaram, oferecendo parte da estrutura já montada que têm, se somarmos então tudo isso, as condições estão dadas para o arranque do projeto".

O potencial do PT para a construção de um bom jornal é, de fato, inestimável; é algo tão novo e difícil de ser avaliado em todas suas dimensões como a própria idéia mesma do PT. Nesta linha, Bernardo Kucinsky (jornalista de longa tradição na imprensa combativa do país desde os tempos do *Opinião*, e um dos maiores entusiastas pelo jornal do PT), argumenta: "o jornal do PT terá que refletir a riqueza e a força deste partido que nós ainda sequer conhecemos direito, a nível nacional. O potencial para que este jornal venha a ser um sucesso é enorme e por isso mesmo teremos que proceder a um encaminhamento muito cuidadoso, profissional, de muita pesquisa da imprensa popular e da realidade concreta do partido,



Luta contra o desemprego — Linha de atuação sindical — Combate à ditadura militar — Preparação para as eleições de 82 — campanha de filiação e nucleação: somente com um jornal nacional é que o partido conseguirá, centralizadamente, caminhar firme e unido no enfrentamento das tarefas atuais para a sua consolidação como um verdadeiro partido da classe trabalhadora.

para que o projeto seja a jogada acertada".

Bernardo sugere que agora, para o dia 27, poderia se fazer uma folha avulsa, um mixto de número zero experimental (modesto) com um questionário minuciosíssimo no verso que seria o instrumento de pesquisa para uma sondagem que se faria dentro do partido colhendo subsídios para a formulação do projeto definitivo. Este então somente seria levado para apreciação final da direção do partido depois de concretamente ajustado às respostas do questionário e às propostas das várias secretarias regionais de imprensa. Um encaminhamento semelhante também é proposto por Perseu em seu projeto.

O que o partido tem que encontrar agora, na definição de seu projeto de jornal, é a justa medida entre os obstáculos a enfrentar e o potencial inexplorado, entre um projeto ideal e a urgência de se sair já com algum instrumento etc. Um jornal grande pode ser difícil como ponto de partida, mas nada impede que um jornal inicialmente mais modesto vá pouco a pouco crescendo na medida mesma de sua

implantação e azeitamento de sua estrutura e sustentação. Ele pode também inicialmente ser quinzenal e depois de algumas edições passar a semanal, como insiste acertadamente Lula, deixando um pouco mais para diante seu sonho do diário.



Por onde começar

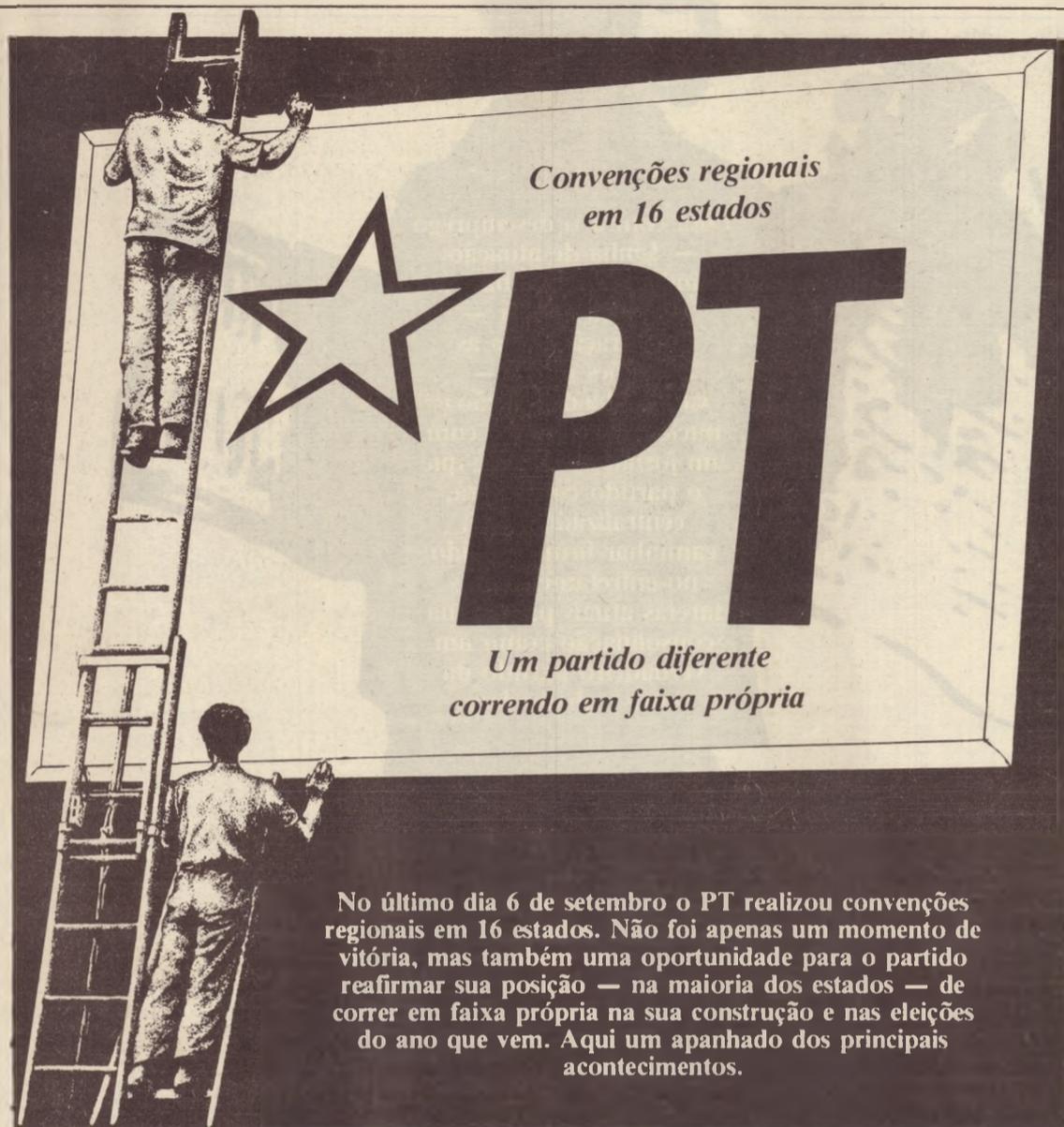
Nestes termos, e por exemplo, um tablóide de 12 páginas, ou um standard de 6, com uma tiragem média de 30 mil exemplares (variável em função da conjuntura) custaria hoje 800 mil cruzeiros mensais, se quinzenal e 1,5 milhão de cruzeiros, se semanal. Este pode ser um ponto de partida, principalmente se levarmos em conta que com uma arrecadação entre mil a 2 mil assinaturas por mês (a 1 mil cruzeiros em média cada uma), o jornal conseguiria entre 1 a 2 milhões de cruzeiros por mês. E este piso financeiro através de assinaturas não é irrealista. Por exemplo: mil

assinaturas por mês, distribuídas entre 20 estados seriam 50 por estado. Cada estado tem um Diretório Regional de 60 membros o que, na média, implicaria em cada membro de Diretório Regional vender uma assinatura por mês. Este é apenas um **indicador referencial** de uma possibilidade imediata de sustentação, baseada fundamentalmente através de assinaturas.

O partido tem hoje 200 mil filiados e este público cativo dá bem a dimensão mínima de um público potencial que pode vir a ser atingido.

Enfim, o que estes números mostram é que um jornal nacional é claramente viável já, desde que a ambição inicial seja dosada e os encaminhamentos garantam de fato um comprometimento do conjunto dos militantes com o projeto e sua sustentação.

É hora portanto de tirar o atraso e deflagrar já o processo de lançamento de um número experimental e de amplas discussões dentro do partido sobre a fórmula de jornal necessária hoje. Pois a consolidação do PT como um real partido não pode mais prescindir de um jornal nacional como principal instrumento de organização política.



No último dia 6 de setembro o PT realizou convenções regionais em 16 estados. Não foi apenas um momento de vitória, mas também uma oportunidade para o partido reafirmar sua posição — na maioria dos estados — de correr em faixa própria na sua construção e nas eleições do ano que vem. Aqui um apanhado dos principais acontecimentos.

Rumo à convenção nacional

Ultrapassando com folga a marca dos pelo menos 9 estados exigidos por lei como condição para fazer sua convenção nacional e obter o registro definitivo junto ao TSE, o PT realizou no último dia 6 convenções regionais em 16 estados da federação. Em relação à expectativa anterior de 17 estados, apenas Alagoas ficou para a rodada das convenções extraordinárias, em função dos atrasos na documentação necessária. Assim, o partido já conta com Diretórios Regionais eleitos nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas e Acre. E, além destes, também em um território: Rondônia.

As convenções foram, em geral, atos formais seguindo as estritas exigências da lei. Isto porque a maioria dos estados já havia realizado suas pré-convenções anteriormente, quando então foram debatidos e votados os temas políticos e as chapas para a direção. Apenas no estado do Acre registrou-se um incidente: a presença de agentes da Polícia Federal no local da convenção que, recusando-se a abandonar o recinto em atitude provocadora, acabaram forçando os petistas a transferirem os trabalhos para uma sala ao lado.

Em todos estes estados apresentaram-se chapas únicas para os diretórios. No caso do Ceará, onde em meio a uma crise que vinha se desenvolvendo havia a expectativa de disputa, terminou se apresentando para a eleição na convenção apenas a chapa do grupo que estava na oposição. Os situacionistas haviam insistido na realização de uma pré-convenção para que a crise fosse amplamente debatida, na medida em que os opositoristas não concordaram com este encaminhamento, deixaram de apresentar sua proposta de chapa.

No mais, as convenções regionais foram um momento onde, por vários estados esquentou em torno do lançamento de candidatos próprios aos governos,

já se registrando algumas pré-candidaturas. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, o 1º Secretário Nacional do PT, deputado federal Antônio Carlos de Oliveira foi já aclamado pela convenção como candidato à disputa do governo estadual, desde que referendado pelas bases no momento oportuno. Em outros estados, os lances em torno a este tema estão nas matérias ao lado.

A próxima etapa pela frente é a convenção nacional a ser realizada dia 27 de setembro no plenário do Senado Federal das 9 às 17 horas. Na noite anterior haverá uma festa reunindo delegados de todos os pontos do país e vários convidados, inclusive internacionais. No próprio dia 27, ao final dos trabalhos a palavra será aberta aos presentes e o encerramento será dado por Lula através de um discurso. Ao mesmo tempo, informa a Secretaria de Organização, 500 balões vermelhos gravados "PT Saudações", estarão subindo pelos ares da Praça dos Três Poderes, comemorando esta conquista histórica dos trabalhadores brasileiros.

Minas: Itamar não gostou da "unidade" do PT

Com a presença de delegados de 99 cidades mineiras que somados aos 8 membros da Executiva estadual somavam 107 delegados votantes, a convenção regional do partido foi realizada na Assembleia Legislativa superando amplamente o número de 83 delegados minimamente exigidos por lei.

No caso de Minas os delegados foram também convocados para o dia 5, sábado, aproveitando-se assim o fim de semana para a continuação dos debates iniciados na pré-convenção anterior.

A tônica das discussões no sábado girou em torno de um documento assinado por alguns petistas onde se criticava as tendências "que dominam e sufocam o partido". Houve ricos debates sobre a moção e, ao final, o documento foi amplamente rejeitado pelos delegados.

Com relação à expansão do partido um plano foi aprovado apontando previsões otimistas: o estado, dividido em 11 regiões, deverá instalar diretórios municipais em 350 cidades até o fim do ano.

No domingo o debate centrou-se na questão das coligações ou candidatos próprios. O plenário reafirmou a posição de que o PT participará das eleições de 82 com programa e candidatos próprios em todos os níveis. E nos dias seguintes à convenção esta foi a posição levada pelo presidente do partido, Ignácio Hernandez, às conversas que houve em Belo Horizonte com representantes de outros partidos opositoristas. Procurado insistentemente por Itamar Franco, na tentativa de obter o apoio do PT à sua candidatura ao governo do estado pelo PMDB, Ignácio "decepcionou", o senador fazendo-lhe ver que "unidade das oposições" para os trabalhadores é diferente: um programa consequente contra a opressão e a exploração, tirado num amplo encaminhamento de consulta popular e, representado na reta final por um nome aceito por todos e realmente comprometido com este programa. Mais ainda, no caso do PT, tendo em vista as propostas já antecipadas pelos demais partidos, a posição até agora, é pela candidatura própria, a qual somente será concretizada pelo partido através de uma pré-convenção mais adiante.

A grande imprensa, inutilmente, jogou pesado na tentativa de deturpar o conteúdo destas conversas e reforçar as candidaturas "grandes".

Mas é engraçado como os partidos da oposição burguesa chamam o PT de "divisionista", porque o PT teima em garantir sua fisionomia própria, sua independência política, em defender os interesses dos trabalhadores. Dizem que o PT é um obstáculo à unificação das "oposições" para derrotar a ditadura.

O que vemos no estado é os partidos praticarem um show de divisionismo, e não por razões políticas de fundo, mas pela preocupação de cada candidato em garantir o seu lugar, saindo na frente. Dentro do PP, prossegue a guerra entre Tancredo e Magalhães. Há candidatos que ainda não sabem por qual partido sairão, como José Aparecido. E o senador Itamar Franco, do PMDB, acaba de lançar publicamente a sua candidatura.

Se estes partidos e políticos estivessem preocupados com a unidade para derrotar a ditadura, o que fariam é tentar definir uma plataforma básica comum, discutida amplamente nos movimentos populares, e definir depois disso um nome de consenso, que pudesse ser apoiado

por todos os partidos. Nada mais distante da prática cupulista, conchavista e divisionista das "oposições" burguesas!

Diante disso, o PT só pode mesmo "dividir", isto é, se separar destas práticas cupulistas de estrelas e lutar pela unidade dos trabalhadores e de todos os setores consequentemente empenhados no fim do regime militar.

Rio: Prestes ainda não entrou no partido

O plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro foi novamente lotado por militantes do PT de todo o estado para sua convenção regional. Presentes 36 delegações de municípios e zonas eleitorais da capital. Às 10h 30min todo o processo legal para eleição do Diretório Regional do PT já estava realizado.

Na parte da tarde o plenário, alegre e amplamente decorado com faixas recebeu e ouviu representantes do PMDB e do PDT. O senador pemedebista Saturnino Braga propagandeou a unidade das oposições e teve uma fria acolhida. Já o ex-deputado Lysâneas Maciel, que foi recebido aos gritos de "Lysâneas no PT" enfatizou que unidade das oposições é questão muito séria e será decidida em cima de um programa e de compromissos com o movimento popular.

Também tomou a palavra Anita Leocádia — a filha do ex-secretário geral do PCB Luís Carlos Prestes — mas em seu discurso não foi anunciada a entrada da corrente "prestista" no PT. No entanto, Anita ressaltou a importância da intervenção conjunta no movimento sindical, como ocorreu nas recentes eleições metalúrgicas de São Paulo.

De todas as presenças, a mais aplaudida foi a do companheiro Apolônio de Carvalho, 3º vice-presidente nacional do PT, que no seu discurso localizou a importância internacional do partido e saudou a revolução nicaraguense, a luta do povo em El Salvador e a luta dos trabalhadores na Polônia.

Ao final o deputado estadual, José Eudes, presidente do Diretório Regional reafirmou a decisão do PT, tirada nacionalmente, de lançar candidatos próprios em todos os níveis.

(Da Sucursal)

São Paulo: Lula estoura nas pesquisas

Em São Paulo a convenção regional deu a oportunidade para que o Diretório de reunisse já pela terceira vez desde sua eleição na pré-convenção. De fato, começando a funcionar como uma efetiva direção política do partido no estado o Diretório nesta reunião aprovou entre outras coisas, a criação das secretarias de Imprensa e Propaganda (que ficou sob responsabilidade de Luís Antônio Carvalhinho Sindical (David de Moraes, e ligada diretamente ao presidente Djalma Bom), Educação Política (José Dirceu) e Contatos e Consultas às Bases (Alípio Freire). Além disso foi reapreciado e reaprova do encaminhamento de discussão da plataforma nacional de governo do PT que deverá baixar até o dia 23 para as bases.

Em virtude destas medidas e outras mais o partido parece reunir agora todas as condições para dar um salto de qualidade no estado, passando a funcionar realmente como uma força política orgânica. Uma sede com toda a infraestrutura para atendimento, material de divulgação, cursos, palestras etc, está em processo de instalação como centro físico de dinamização da vida partidária. Noutro plano, a tesouraria herdou da gestão anterior um saldo expressivo e já tem planos concretos de arrecadação de forma a dar o empurrão inicial a uma série de projetos em estudo nas várias comissões. E, por fim, o presidente Djalma Bom e o secretário de Organização Devanir Ribeiro, agora profissionalizados pelo partido, assumiram o compromisso de dar plantões diários na sede e assumir uma intensa programação de viagens pelo interior e visitas aos distritos da capital como forma de centralizar realmente a construção do partido. Enfim, como diz Plínio Sampaio, membro da Comissão

Executiva, "é hora do PT deixar de ser apenas um estado de espírito da classe trabalhadora e se transformar organizadamente numa força real. Esta é a questão central de nossa tarefa na direção".

A convenção serviu também para reafirmar a disposição do PT em concorrer em todos os níveis com candidatos próprios no ano que vem. Em primeiro lugar foi enfatizado que uma luta central do partido é pela elegibilidade de Lula e outros sindicalistas e que neste sentido o candidato natural do PT ao governo do estado continua sendo Lula. "Não abrimos mão de sua elegibilidade e portanto de sua condição especial para esta disputa", declarou José Dirceu, expressando o ponto de vista do Diretório. É somente dentro deste prisma que outros candidatos como por exemplo Hélio Bicudo são cogitados como eventuais candidatos alternativos em caso de impedimento definitivo de Lula.

Por acaso a convenção coincidiu com mais uma pesquisa feita por uma rádio da capital a propósito da cotação de nomes para as eleições a governador que apontou o seguinte resultado: o nome de Lula vem ascendendo logo abaixo do de Montoro, do PMDB, estreitando a diferença. E um outro dado significativo: recém cogitado, tão somente através de comentários na imprensa paulista, o nome de Hélio Bicudo já passa a figurar nas sondagens bem adiante ao de vários figurões da política convencional. O que dá bem a medida da força do PT no lançamento de candidatos com apelo frente à opinião pública.

Olívio é contra candidato ao governo

Reunindo 58 dos 65 delegados previstos (o mínimo era de 47) a convenção do PT gaúcho aproveitou também a oportunidade para discussões organizativas e políticas.

Um plano de trabalho para a Executiva do Diretório foi proposto, debatido e aprovado, dando as linhas gerais de prioridades para o período.

No entanto, com a presença convidada do senador Pedro Simon do PMDB, o ponto alto — e controverso — da convenção esteve no discurso lido por Olívio Dutra, presidente do PT gaúcho e vice-presidente nacional. Numa eloquente e precisa retrospectiva da história do PT desde o seu surgimento até os dias atuais, Olívio traçou com rigor, ao longo de mais de 10 laudas de texto lido, um balanço das principais conquistas do partido e das tarefas que agora tem pela frente para se construir como um verdadeiro partido da classe trabalhadora. Depois de uma análise rigorosa da intervenção e relação do partido com o movimento sindical, passando pelos acontecimentos recentes da CONCLAT, o presidente do PT finalmente tocou na questão da relação com os demais partidos e das eleições do ano que vem.

E aí, para a surpresa de muitos, Olívio avançou uma posição que, ainda que pessoal, mas por ser contrária ao que foi aprovado na pré-convenção nacional e, mais ainda, pela sua qualidade de vice-presidente nacional do partido, deveria ter tido outro encaminhamento que não a colocação pública e inédita numa convenção regional cercada pela expectativa dos demais partidos. Olívio foi enfático: "uma posição particular que tenho exposto com absoluta convicção: o PT nesta primeira eleição que irá enfrentar em 82, não deverá concorrer a cargos executivos, mas concentrar sua ação eleitoral para ter o máximo de representantes possíveis nas câmaras, assembleias e congresso nacional".

A repercussão da posição na imprensa foi clara. O diário local, no dia seguinte, estampou: "PT elege diretório e não lança candidato", e embaixo uma foto de Olívio falando e Simon ouvindo na mesa, "prestigiando a convenção do PT". Todo mundo entendeu que o PT já está comprometido numa coligação com o PMDB.

Surpresos com o fato, os membros da Executiva, numa reunião seguinte à convenção — que infelizmente não contava com a presença de Olívio — puseram-se de acordo sobre a necessidade de discutir com o presidente regional a questão. Pois, no entender de todos, tal postura simplesmente contribuiu para enfraquecer a construção do partido e seu sucesso eleitoral, ainda que tão somente nos níveis legislativos, como Olívio parece defender.

Congresso do DCE-USP

Carlos Paiva (*)

O movimento estudantil da USP já foi a ponta de lança das mobilizações estudantis brasileiras e o primeiro a reconstruir livremente, no bojo das lutas, sua Entidade central.

Hoje é a expressão da crise do ME. Uma crise que se manifesta pela impossibilidade dos estudantes arrancarem concessões significativas ao regime, que leva a uma perda de confiança em suas lutas. No fundamental é uma crise de direção, sem uma alternativa consolidada que fuja ao falso dualismo de um imobilismo reformista por um lado e, como contraponto, um vanguardismo exacerbado, que reduz todas as propostas para o movimento à Greve Geral, sem atentar para a organização de base, as mobilizações cotidianas vinculadas às salas de aula.

O Iº Congresso do DCE da USP realizado nos dias 3 a 5 de setembro, com 221 delegados foi a expressão dessa crise. Contribuiu para sua escassa representatividade, além do período geral de calmaria do movimento, a atuação das tendências que, apostando na derrota do movimento, não convocam, não promovem o debate, não divulgam. Não trabalhando pela unificação dos estudantes, preferindo por as mãos nos bolsos do que na massa, essas tendências que, contraditoriamente, chamam-se Viração, Unidade e Mãos à Obra, arcam com uma grande responsabilidade pela crise

atual do movimento estudantil.

As Polêmicas do Congresso

No Congresso, os pontos polêmicos foram democratização da Universidade, incluindo a participação nos órgãos colegiados, eleições para reitor da Universidade e posicionamento do DCE da USP frente às eleições de 82 e a definição frente às entidades estudantis internacionais — AIE e UIE.

O Congresso resolveu pela destituição dos atuais representantes estudantis nos órgãos colegiados e pela luta por transformar o Conselho Universitário em um órgão com representação paritária de 1/3 de estudantes, professores e funcionários. A atual representação estudantil no C.U. da USP é limitada a 1/10 de seus membros que, para serem eleitos, tem que submeter-se aos critérios restritivos impostos pela Universidade. Mesmo assim não faltou quem no 1º semestre aceitasse as regras do jogo, assumindo uma representação formal, onde menos de 3% dos estudantes da USP votaram. Apesar de não terem nenhuma representatividade a permanência destes representantes bionicos foi defendida pelas tendências Unidade, Viração e Mãos à Obra.

Quanto à estrutura de participação nos órgãos colegiados, apesar da gestão paritária ser uma alternativa correta, e que por-

tanto deve ser construída, a reivindicação por 1/5 permitiria uma unificação maior da luta a nível nacional, já que é uma pauta aprovada pela UNE.

Uma outro ponto extensamente discutido foi o processo de eleição para reitor da Universidade, sendo aprovada a luta por eleições livres e diretas contra uma proposta de lista sêxtupla. Para garantir esse encaminhamento foi aprovada a participação dos estudantes no Congresso da USP, que também reunirá professores e funcionários, e deverá aprovar um programa e um nome para a Reitoria, garantindo sua posse através da ampla mobilização da Comunidade Universitária.

Preservando a autonomia

Os dois outros pontos polêmicos do Congresso não chegaram a ser conclusivos: votou-se pela participação do DCE da USP como observador no Congresso de Fundação da AIE, a ser realizado em Varsóvia, mas sem assumir nenhum compromisso com a entidade internacional. Quanto às candidaturas oposicionistas, as tendências Unidade, Viração e Mãos-à-Obra propunham candidatos únicos de oposição, enquanto Mobilização Estudantil, veladamente, propunha apoio aos candidatos do PT. O Congresso acabou por não deliberar sobre esses



temas mesmo porque apoiar candidatos de qualquer partido significaria quebrar a autonomia da entidade. Inclusive para aqueles estudantes que foram os iniciadores do núcleo do PT na USP, a autonomia e independência da entidade frente ao Estado e aos partidos políticos é ponto inquestionável, não podendo, portanto concordar com as posições de Mobilização Estudantil.

Esses temas certamente voltarão ao debate no Congresso de toda a USP, abrindo-se um espaço para o aprofundamento das discussões e a construção de uma alternativa à crise de liderança no movimento estudantil. Alternativa essa que só surgirá pela aproximação daqueles que hoje não se alinham ao vanguardismo irresponsável e ao imobilismo reformista.

(*) diretor do Centro de Energia Elétrica da USP

Secundaristas

Organização pela base

A cada dia reaparecem no cenário político as entidades estudantis secundaristas extintas pela ditadura militar. Do ano passado para cá foram reconstruídas a UMES-SP e inúmeras outras entidades municipais e estaduais. Para os dias 19 e 20 de setembro está marcado o Congresso de reconstrução da União Paulista de Estudantes Secundaristas, UPES e em novembro, no Paraná, será realizado o Congresso de Reconstrução da União Brasileira de Estudantes Secundaristas — UBES.

Mas este ressurgir de siglas pode dar uma falsa ideia de um movimento estudantil secundarista vigoroso e organizado. Na verdade, apesar do movimento ter avançado ampliando a participação para um número maior de estudantes, o que vem ocorrendo é uma corrida aparelhista que tem funcionado como uma

camisa de força para a organização e politização dos estudantes secundaristas.

Secundaristas de S. Paulo

Na região Metropolitana de S. Paulo, existem cerca de um milhão e quinhentos estudantes secundaristas, espalhados em mais de mil escolas de 1º e 2º graus. No entanto, o Conselho Metropolitano de Entidades, órgão deliberativo da UMES, reúne, no máximo, 50 entidades, algumas delas com duvidosa representatividade. A UMES, reconstruída no ano passado, não conseguiu encaminhar nenhuma luta em 1981, mantendo-se distanciada das bases estudantis, ocupada com as disputas entre as diferentes tendências pelo controle do aparelho.

O que percebe-se hoje na UMES é o desdobramento do

processo antidemocrático de sua reconstrução: seu congresso de fundação não foi antecedido de um amplo debate nas escolas da região nem de um plano de lutas que unificasse o movimento e criasse uma real representatividade da entidade reconstruída.

A existência de uma UMES, esvaziada e distante dos estudantes, na região de maior concentração de secundaristas do país, exige que seja reavaliado o método de sua reconstrução para que esses erros não sejam repetidos na reconstrução da UBES.

Reconstrução pela Base

Para que a União Brasileira de Estudantes Secundaristas venha a ser uma entidade que organize e represente de fato os estudantes brasileiros é fundamental que sua funda-

ção seja precedida de um amplo e democrático debate no meio secundarista.

Nesse sentido, o próximo Congresso deve tirar uma estratégia de reconstrução da UBES que passe por lutas e campanhas a nível nacional que unifiquem o movimento, marcando inclusive um dia nacional de lutas em torno às reivindicações específicas dos estudantes secundaristas. Deverão também ser marcados Encontros Estaduais que unifiquem as lutas secundaristas regionalmente e preparem o Congresso de Fundação da entidade nacional.

Neste próximo Congresso deverá ser eleita uma Comissão Nacional Pró-UBES, que centralize as campanhas a nível nacional e organize o Congresso de Reconstrução da União Nacional de Estudantes Secundaristas para o próximo ano. (Celio Vasconcelos — Cajú)

Eleições no Sul

No início de outubro, dias 1 e 2, irão ocorrer eleições para a UEE/RS (União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul). Existem duas chapas articuladas: uma, composta pelas correntes que estão na diretoria da UNE (jornais Hora do Povo e Tribuna da Luta Operária, pelo PDI, e por setores das Unidade; e outra formada pelos que concorreram com o Nosso Tempo para a UNE e pela tendência Resistência.

A polarização das eleições será dada pelo confronto entre a visão majoritária do movimento estudantil hoje, que possui como referência as posições assumidas pela diretoria da UNE, e uma visão alternativa para o movimento, que visa uma nova prática política baseada na construção da democracia no encaminhamento das lutas, pela democratização da universidade e pela organização independente dos trabalhadores.

Congresso na praia

A decisão mais importante do CONEG — Conselho Nacional de Entidades Gerais —, e mesmo assim em caráter indicativo, foi marcar o próximo Congresso da UNE para os dias 30 e 31 de outubro e 1º e 2 de novembro, em Cabo Frio, Rio de Janeiro.

Reunindo 66 entidades gerais, o CONEG decidiu, por unanimidade, o apoio incondicional às resoluções da CONCLAT, a defesa das eleições de 82, livres e sem casuísmos. Quanto às candidaturas oposicionistas, o plenário dividiu-se, vencendo por 34 votos a 26 as propostas de apoio a candidatos únicos de oposição.

A proposta de greve geral defendida pela diretoria da UNE não foi aprovada, marcando-se um calendário de mobilizações para enfrentar a crise atual da Universidade.

Estudantes do PT

Confirmada reunião nacional

Americo Antunes (*)

Depois de muita controvérsia e vários boatos sobre o seu cancelamento está confirmada a Reunião Nacional de Estudantes Militantes do PT, para o dia 26 de setembro, durante a Convenção Nacional oficial do Partido dos Trabalhadores. Foram necessários muitos telefonemas e conversas com membros da Executiva Nacional do Partido para desfazer alguns mal entendidos sobre o caráter dessa reunião, mas finalmente, domingo, dia 13, Jacob Bittar, Secretário Geral do PT, confirmou a sua realização.

O caráter da Reunião será o de um Pré-Encontro, aberto a participação de todos os estudantes petistas e seu objetivo será o de iniciar uma discussão sobre a intervenção organizada do partido no Movimento Estudantil, devendo marcar um Encontro Nacional dos Estudantes do PT em data prévia ao Congresso da UNE, fixando sua pauta e critérios de participação.

A Reunião de Brasília contará com a participação de membros da Executiva Nacional e de executivas regionais e seus resultados serão apresentados, ainda em Brasília, ao Diretório Nacional, quem oficialmente convocará o Iº Encontro.

Até o domingo, dia 12, já estavam confirmados encontros preparatórios à reunião de Brasília, a maioria assumidos pelas executivas regionais, nos estados de Goiás, RG do Norte, Rio, Pernambuco, Minas Gerais, Amazonas, Bahia, Paraná e S. Paulo.

A realização dessa reunião é um passo fundamental para a construção de um partido de intervenção nos movimentos, que organize e oriente seus militantes para uma atuação unificada, criando as bases para a construção de uma corrente estudantil do PT.

(*) militante do PT e presidente da UEE-MG

O PT e a crise do stalinismo:

Ultimamente, à medida em que o PT vai se consolidando, as correntes do movimento operário brasileiro que já se consideram como "o partido" da classe operária do país, passaram a encará-lo com uma hostilidade crescente, promovendo-o quase a inimigo principal, antes mesmo da burguesia e da ditadura. Isto ocorre com o MR-8 e o PC do B: de maneira menos clara, ocorre também com o PCB, para quem, ultimamente, vale qualquer aliança contra o "monstro" do PT.

A razão disto é cristalina: o desenvolvimento do PT, sua consolidação como partido, ameaça e destrói as pretensões destas correntes de se constituírem no "partido único" da classe operária brasileira. Para aqueles que (como o PCB, o PC do B e o MR-8) têm uma longa e cristalizada tradição stalinista, é um fato inusitado descobrirem à sua esquerda, um partido com larga influência de massas. A existência desse partido coloca em risco a sua própria justificativa de existir enquanto partido.

Diante disto, a conclusão é que é necessário combater o

PT. E que é necessário encontrar uma razão para justificar este combate, encontrar uma bandeira em nome da qual travar esta luta, que no fundo tem como objetivo a preservação de sua própria organização.

No caso, a bandeira encontrada foi a luta contra a "social-democracia" Valendo-se inclusive da ignorância que existe no interior de suas próprias organizações sobre esse fenômeno histórico e mundial, começam a afirmar que o PT é a tentativa atual da social-democracia de se enraizar no Brasil. E a social-democracia é uma agência da burguesia no movimento operário, travestida em partido operário, um instrumento da conciliação de classes, de domesticação do proletariado.

No entanto, a campanha de difamação do PT como social-democrata não consegue obscurecer a profunda crise que as organizações stalinistas vivem hoje. Crise esta que se agravou decisivamente com o próprio lançamento do movimento por um Partido dos Trabalhadores no Brasil obtendo, desde o

João Amazonas e a social-democracia

A maior falha do artigo de Amazonas, diante do objetivo a que se propõe, é a sua explicação das razões da transformação dos partidos social-democratas de partidos revolucionários em partidos conservadores, reformistas. Segundo o artigo:

"Essas novas organizações de combate (os partidos social-democratas) obtiveram, em curto prazo, importantes êxitos. Difundiram os ideais dos fundadores do socialismo científico, contribuíram para a elevação da consciência política do proletariado. Suas fileiras ampliaram-se (...) Contudo, aqueles partidos ainda não haviam chegado a assimilar completamente os métodos revolucionários da luta de classes, pois atuaram num período de evolução relativamente pacífica. Sua base ideológica, marxista, não estava consolidada. Além das concepções reformistas subsistentes, a maioria deles não se desprendera totalmente dos preconceitos nacionalistas burgueses, embora propagassem a legenda de Marx: Proletários de todos os países, uni-vos! Dessa forma, quando começou o entrelaçamento das armas imperialistas,

tais partidos (com exceção do Partido Bolchevique) e a II Internacional puseram de lado as resoluções de Basiléia, aderiram à burguesia de seus países" (opus cit, p. 4).

Tudo se passa para João Amazonas como se a causa de uma traição de tal envergadura aos interesses da classe operária se explicasse simplesmente pela incapacidade de resistir às pressões da burguesia, determinada pela sua base ideológica pouco sólida. A passagem de partidos operários autênticos a partidos operários burgueses. Isto é, partidos atados aos interesses da burguesia, que deixam de defender os interesses básicos do proletariado para defender os interesses de outra classe teria uma explicação puramente subjetiva!

A explicação real é bem diferente. A degeneração dos partidos social-democratas foi um processo social, isto é, um processo levado a cabo por anos a fio de integração das suas direções à sociedade burguesa, ao seu aparelho de estado. É um processo de cooptação e de corrupção de toda uma camada de dirigentes operários, facilitada por um pe-

riodo de prosperidade do capitalismo em que a burguesia podia fazer concessões.

Qualquer método vale

A falta de uma base ideológica sólida pode tornar mais fácil uma degeneração. Mas não pode ser a explicação básica, não pode substituir todo um processo social.

Um partido social-democrata não é um partido apenas confuso, que cai sob a influência da burguesia por debilidades ideológicas. É um partido cujas camadas dirigentes se burocratizaram, se corromperam e se integraram nas instituições burguesas, e passaram a ter interesses distintos dos interesses operários. E a partir desta base social que o partido social-democrata assimila uma ideologia burguesa, perde sua independência política, e se transforma numa agência da burguesia no interior do movimento operário, assumindo sistematicamente políticas de conciliação de classes.

Incapaz já de compreender a base da formação de um partido social-democrata, mais débil ainda é a caracterização feita por

Amazonas do PT. Amazonas não faz uma análise do movimento social que deu origem ao partido, não considera qual sua evolução, quais são os seus laços com o movimento social. Não analisa nem mesmo os documentos políticos básicos do PT.

Tudo o que faz é uma "análise" das posições do Lula, e isto a partir de citações de entrevistas e discursos, tiradas do seu contexto, truncadas, distorcidas, e desconhecendo completamente o profundo processo de evolução política por que passou o presidente do PT. Na verdade, Amazonas não quer compreender o PT. Todo o seu objetivo é atacá-lo, e para isto qualquer método vale.

Com o PMDB e o PP

Os sofismas de Amazonas tentam encobrir o óbvio: que o PT não representa de modo algum uma ala conciliadora do movimento operário, mas justo o contrário. Não é o PT que pratica a colaboração de classes, mas o PC do B de Amazonas, solidamente atado ao PMDB, propondo um "governo democrático" e da unidade popular", algo assim

como um governo de coalizão entre o PP e o PMDB. Além da aparência radical o PC do B luta para atar a classe operária à burguesia.

Isto significa que não haja influência social-democrática no PT? Não, esta influência existe, quando menos pelo peso internacional desta corrente. Mas esta influência é e continuará limitada enquanto não houver um processo de corrupção da direção do PT, isto é, do sindicalismo classista, foi justamente ao contrário, em direção a posições de classe progressivamente mais definidas. Nada indica que esteja em vias de se "social-democratizar", de se aburguesar. E nem a situação objetiva facilita este aburguesamento: a burguesia não tem feito muitas concessões ao movimento operário.

Algumas ambiguidades do PT (a falta de uma política definida de combate à ditadura, a falta de uma definição clara da atuação sindical do partido, a falta de uma estrutura interna de partido real) prejudicam o seu desenvolvimento. Mas não têm até agora nenhum conteúdo social-democrático.

Como o PC do B combate a ditadura

Agudização da crise econômica e o incentivo que ela fornece à radicalização aos movimentos populares em geral cria uma tendência a que todos os partidos de oposição burguesa, em conjunto com o Partido Comunista Brasileiro se coloquem no campo da conciliação, se opondo abertamente aos movimentos reivindicatórios, como, aliás, já vem ocorrendo.

Esta é a primeira grande linha de divisão na qualidade do combate que se faz ao regime. Mas no campo dos "intransigentes" no combate à ditadura há diferenças

importantes, no que diz respeito à estratégia revolucionária, à concepção do relacionamento dos revolucionários com a massa.

O PC do B, tal como o MR-8, constrói toda a sua estratégia na visão de que o processo de derrubada da ditadura se dará basicamente por uma frente composta com forças burguesas e militares dissidentes. Os trabalhadores e o povo oprimido não aparecem se organizando de maneira autônoma em direção ao estabelecimento de seu próprio poder, mas

apenas voltando o seu potencial de mobilização e de radicalização para desestabilizar a ditadura. A sua fração consciente se organiza toda, rigidamente, no partido de quadros.

É por esta concepção que o PC do B e o MR-8 misturam linhas e intervenção em vários momentos taticamente esquerdistas e uma postura de conciliação com os liberais e pelegos, no PMDB ou no movimento sindical. É ainda esta concepção que explica o comportamento aparelhista que estas forças de esquerda têm no

movimento, sua pouca sensibilidade à consciência da massa, aos seus canais de democracia direta. Por isto se chocam com as vanguardas autônomas que o movimento operário e popular produz, quase todas no PT.

Esta estratégia na verdade não facilita a composição com os liberais e forças burguesas, que não apreciam suas táticas radicais. Menos ainda permite uma integração com os trabalhadores e o povo, que não se prestam ao lugar que lhes é reservado de massa de manobra.

quem colabora com a burguesia?

início, uma ressonância de massas e o apoio das principais lideranças operárias do país. Aliás, o PT pegou de surpresa a maior parte da esquerda. Afinal, formada principalmente numa interpretação bastante estreita e rasteira do leninismo (quando não inteiramente confundida com o stalinismo), acostumada a uma ênfase unilateral no papel da vanguarda na construção do partido, esta esquerda teria mesmo de reagir com surpresa e reprovação diante do PT.

Mas, pouco a pouco, ele foi se impondo e ganhando terreno. Da reação negativa inicial, muitos grupos passaram ao apoio e à participação no partido ainda que conservando sua visão anterior, dogmática e estreita do leninismo, que certamente terá oportunidade de ser debatida dentro do próprio partido. Hoje, só mesmo os setores mais burocratizados e degenerados da esquerda, como o PCB, o PC do B e o MR-8 se obstinam em combater o Partido dos Trabalhadores.

Uma das tentativas mais pretensiosas até agora de provar o caráter social democrático do PT para combatê-lo é o artigo

de João Amazonas na revista Princípios: "A Social-democracia, instrumento do Capitalismo" publicada em junho deste ano. Apresentamos abaixo uma crítica a esse artigo. Apresentamos também, partes de uma carta do desligamento de um Comitê Distrital do PC do B daquela estrutura partidária. Os companheiros que se desligam, enumeram questões importantes de divergência que devem ser acompanhadas e debatidas por todos aqueles que hoje se preocupam com a construção de um partido revolucionário no Brasil. Entre eles destacamos a questão do stalinismo, criticado agora por esses companheiros, ressaltando, no entanto, uma certa confusão que os companheiros fazem ainda entre leninismo e stalinismo. A discussão do leninismo hoje torna-se cada vez mais necessária, quando esses companheiros colocam em aberto sua concepção da construção do partido no Brasil.

Esperamos que possamos fazer essa discussão onde ela hoje tem as condições mais favoráveis para se desenvolver, isto é, dentro do Partido dos Trabalhadores.

Mais companheiros abandonam o PC do B

Esta carta tem por objetivo comunicar ao coletivo o nosso desligamento do PC do B, bem como apresentar de forma resumida os motivos que nos levaram à conclusão de que a organização que ora deixamos não reúne condições para se transformar no partido da classe operária no Brasil.

Nosso partido, o PC do B, surgiu tendo por base as concepções herdadas da III Internacional. Em 1962 ele foi estruturado tendo por característica dois pontos considerados fundamentais:

1) A crítica ao revisionismo de

Krushev e da política pacifista no Brasil.

2) A defesa do stalinismo e de uma política "revolucionária", "não-reformista", que se caracterizava e se diferenciava da política do PCB pela reafirmação da necessidade da violência revolucionária das massas.

Naquele momento, sem dúvida alguma era justo combater o pacifismo e as Resoluções do XX Congresso da URSS sobre Stalin. Só que ao invés de aprofundarmos as críticas, apenas superficiais dos pacifistas ao stalinismo, nós passamos a defendê-

lo total e intransigentemente como questão de princípio.

Paradoxalmente, a partir de então, nós e os pacifistas continuamos a ter muitas concepções semelhantes. Eles não romperam e nunca procuraram romper totalmente com o stalinismo. E nós sempre o reafirmamos.

Semelhanças com o PCB

Assim, apesar das profundas diferenças existentes na trajetória política do PCB e do PC do B na década de 1960, podemos encontrar semelhanças não menos profundas, como por exemplo:

1) A manutenção da mesma relação partido/massa, onde os interesses do movimento de massas se subordinam aos interesses do partido.

2) O funcionamento interno do partido ultracentralista, que glorifica a direção como algo infalível e transforma a crítica e autocritica num instrumento de subordinação das bases ao Comitê Central.

3) A defesa da burguesia nacional como uma classe revolucionária e a subestimação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que levava à defesa de uma etapa intermediária entre capitalismo e socialismo.

4) A defesa de "mitos" internacionais, em detrimento de uma compreensão marxista do que ocorria nos países que haviam feito a revolução. Num caso o "farol do socialismo" era a URSS, no outro, a China.

Foi com base nesta defesa das concepções stalinistas que o PC do B nunca conseguiu se enraizar na classe operária e é um grupo reduzido de militantes que atuam de forma religiosa, com poucas ligações com o movimento operário e popular.

Na verdade, em 1962, nossa ruptura com o reformismo foi incompleta.

Lenin em questão

Hoje estamos convencidos de que a construção de um partido capaz de dirigir a revolução socialista no Brasil passa pela superação do Stalinismo. Passa pela ruptura com todas as concepções que, ignorando a contradição existente entre uma classe social e sua vanguarda, transformam de forma imediata as decisões e as vontades do partido nas decisões e nas vontades da classe operária.

Este tipo de concepção se cristalizou no partido bolchevique e

no Movimento Comunista Internacional no início da década de 20, e será o reflexo no plano ideológico do processo de burocratização, em que estavam envolvidos a república soviética e o partido bolchevique. O papel que a teoria leninista jogou nesse processo não foi pequeno. Hoje temos a necessidade histórica de reavaliarmos se foi correta a generalização feita da teoria de partido de Lenin como sendo justa para todo o MCI em qualquer época e lugar.

Por desejarmos romper completamente com essas concepções e voltarmos nossa atenção para o processo real da luta de classes que ocorre no país, é que nos desligamos do PC do B.

No entanto, ao fazermos isso, queremos deixar claro a diferença existente entre nós e aqueles que propõem a dissolução dos revolucionários no movimento de massas.

Em nossa opinião as condições sob as quais se desenvolve a luta de classes no modo de produção capitalista implicam na necessidade histórica da classe operária construir seu partido de vanguarda. A forma orgânica e o conteúdo programático que assumirá o partido da classe operária em nosso país nós não o sabemos, já que não conseguimos compreender o processo de desenvolvimento da luta de classes no Brasil atual. No entanto, estamos convencidos que dentro do PC do B não existem condições para que avancemos no processo de construção desse partido muito além do que já fomos até o momento, e portanto julgamos necessário nos desligarmos do mesmo para que possamos voltar nossos esforços, na sua totalidade, para a construção do partido revolucionário.



A Editora Aparte S.A. • Rua Francisco Leitão, 57 • Pinheiros — SP • CEP: 050414 • Fone: 852-8880.
Estou enviando o chequepor uma assinatura anual

Comum: Cr\$ 1.000,00 ()
Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome
Endereço
Bairro
Cidade
Estado
CEP:

VITOR

EL SALVADOR

Entre a vitória e um novo Vietnã

A realidade política e militar hoje em El Salvador coloca a alternativa de vitória da revolução ou da invasão das tropas norte-americanas em toda América Central. Entre elas, apresenta-se a linha de negociação promovida pela social-democracia.

Por Marcelo Zugadi

A notícia de que os governos da França e do México deram reconhecimento diplomático à Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN) veio mostrar a falsidade da propaganda veiculada pela grande imprensa, que pretende mostrar uma situação sem saída na qual se perpetua a violência sem sentido nem perspectivas.

Tal como EM TEMPO tem mostrado, a realidade é que a FMLN, longe de estar encurralada e limitada a uma resistência desesperada, está ganhando terreno militarmente e bloqueando politicamente a Junta Militar democrata-cristã.

O reconhecimento diplomático por parte da França e do México, um grande sucesso político da FMLN, é o resultado do sistemático avanço das forças revolucionárias que sem interrupções se aproxima do centro do poder e coloca a iminência de uma nova derrota do imperialismo na América Central. Como já foi repetido nesta página, a vitória em El Salvador implicaria no agravamento extremo da situação na Guatemala — onde as forças revolucionárias se fortalecem dia a dia — deixando ao imperialismo a alternativa de perder todo o controle sobre a América Central ou intervir militarmente, afundando-se num Vietnã latino-americano.

Essa alternativa do ferro é precisamente a que pretende romper a social-democracia internacional com o reconhecimento diplomático da FMLN, primeiro passo de uma solução negociada.

A Junta em crise

A decisão da França e do México demonstram o rotundo fracasso do plano dos Estados Unidos que consiste em convocar eleições e deslocar algumas forças da Frente Democrática Revolucionária (FDR), particularmente o MNR, partido social-democrata dirigido por Guilherme Ungo, quem por sua vez preside a FDR.

Refletindo a verdadeira correlação de forças no país, os principais dirigentes do MNR negaram a possibilidade de eleições nas atuais circunstâncias. O próprio arcebispo Rivera y Lamas, que mostrou a sua disposição em colaborar com a Junta e o plano de "pacificação" dos EUA, declarou quem, em meio ao terror que

vive o país, é impossível realizar eleições.

Ao invés de dividir a FDR, o plano político de Reagan conseguiu agravar ao extremo os conflitos entre as forças que sustentam o governo.

Para dar qualquer credibilidade ao plano de eleições, os EUA, a Venezuela e a democracia-cristã internacional têm pressionado para que a Junta limite a repressão, termine com o estado de sítio e com o toque de recolher. Os setores mais direitistas argumentam, não sem razão, que tais medidas teriam como resultado um fortalecimento da FMLN em todo o país e, particularmente, nas principais cidades. A inqualificável prática de decapitar dezenas de pessoas diariamente, fato que apareceu como a nova modalidade da repressão nas últimas semanas, parece ser a resposta destes setores às tentativas de "abertura".

A guerrilha ganha terreno

Esta situação colocou à beira da queda o governo de Napoleón Duarte. Só a pressão dos EUA impediu o golpe de estado que reclama a extrema-direita e os latifundiários. Para recompor uma nova unidade destes setores, criou-se um novo partido, Ação Democrática Nacionalista, e se prepara um novo governo que manteria Duarte mas não a democracia-cristã. E isto se combina com as crescentes críticas que as entidades patronais vêm fazendo pela desastrosa situação econômica e as medidas que o governo adota frente a elas.

Como pano de fundo desta situação, está o fato de que as forças da FMLN não só resistiram à contra-ofensiva da Junta, mas deram indiscutíveis demonstrações de seu fortalecimento. Em primeiro lugar, tudo indica que foram superadas certas divergências internas que por um momento pareciam debilitar a Frente. Paralelamente a essa afirmação da unidade, estão os sucessos militares recentes: os EUA agora devem enviar até geradores elétricos porque a FMLN está em condições de privar de energia aos principais centros urbanos; precisamente nas cidades, onde a FMLN era mais débil, realizaram-se impressionantes operações guerrilheiras. Em julho, cerca de 300 guerrilheiros atacaram simultaneamente os quartéis da 1ª Brigada

de Infantaria, a sede da Polícia Nacional e a Embaixada dos EUA na capital. No interior, ao mesmo tempo, foram realizadas operações com êxito em dezenas de cidades e tudo continua a demonstrar a intenção da FMLN de preparar as condições para criar um governo revolucionário na Província de Morazán.

Parece evidente que a Junta se mantém exclusivamente pela ajuda militar norte-americana e, mais ainda, que se a FMLN não desferir o golpe final neste momento, isto se explica antes de tudo pela consideração estratégica de que tal fato provocaria imediatamente a intervenção massiva de tropas norte-americanas. Para decidir este passo, portanto, a FMLN deve articular a sua política em outra escala. A revolução, inclusive nos seus passos táticos, adquire assim plenamente um caráter continental.



Coluna da FMLN

ACORDO FRANÇA-MÉXICO:

Solidariedade com limites?

Grande comoção provocou entre os governos mais reacionários a atitude da França e do México de dar reconhecimento diplomático à FMLN. A Venezuela promoveu uma moção de censura assinada por outros doze países da América Latina. O Brasil, no entanto, se absteve.

Por Wagner Cardoso

Os governos da França e do México, numa declaração comum ao presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 27 de agosto último, afirmam que "a frente de oposição à junta salvadorenha, constitui uma força política representativa" e que, em consequência, é "totalmente legítimo que a aliança formada pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e a Frente Democrática Revolucionária participe na instauração de mecanismos de reaproximação e de negociações necessárias à solução da crise". Os textos da declaração foram publicados simultaneamente nos dois países, causando um alarde generalizado.

A junta "cívico-militar" ditadora que oprime o povo salvadorenho, declarou que "tal acordo não passava de um puro ato de intervencionismo por parte de Paris e do México".

Trata-se, sem dúvida, de uma decisão de fundamental importância da parte do governo francês. Em decla-

ração à imprensa no mesmo dia 27, Claude Cheysson, o ministro das Relações Exteriores francês, declarava a propósito da razão do acordo: "a explosiva situação de El Salvador ameaça transformar a América Central em um barril de pólvora, semelhante ao Oriente Médio e também num foco de enfrentamento das grandes potências". Em declaração ao jornal "Le Monde" de 1º de setembro Guilherme Ungo declarava que "este ato iria colaborar para o surgimento de uma solução política". E para isto o FDR-FMLN iria, através de viagens internacionais, "procurar obter atos idênticamente solidários de outros governos, como o da Áustria, da Suécia, da Dinamarca, da Noruega, da Argélia, assim como vários países da África negra". Ademais, 16 partidos socialistas e social-democratas europeus já apoiaram tal decisão, dentre eles o PS alemão, italiano, espanhol e outros.

Fato curioso em tudo isso, foi a recepção "moderada" dos Estados

Unidos com relação à declaração franco-mexicana. O boletim semanal "América Latina Informe Político" de 04/09/81 lança algumas questões que nos obrigam à reflexão.

A estranha "moderação" dos EUA

A primeira delas é que Cheysson, conhecendo já de antemão o impacto que tal declaração iria causar nos meios da Casa Branca, "apressou-se em telefonar para os assessores de Reagan, informando-lhes o conteúdo do documento". E mais, a reação complacente por parte do Departamento de Estado americano deu-se principalmente "porque os EUA esperam, com esta atitude, obter o apoio de Mitterrand em favor da instalação dos mísseis "Pershing-2" e dos "Cruiser" na Europa, a partir de 1983".

Se isto é verdade, apesar de positivo, o acordo em apoio à FMLN, fica claro que o caráter de barganha dado deve ser duramente denunciado.

Angola resiste ao ataque racista

Desde o dia 25 de agosto, 45 mil soldados sul-africanos ocupam o sudoeste angolano. Através de ataques aéreos, com duas colunas de 80 blindados e cerca de 90 caminhões, eles penetraram por mais de 150 quilômetros, arrasando tudo. Mas o governo angolano juntamente com a Zâmbia, Tanzânia, Botsuano e Moçambique já começou a mobilizar-se para expulsar as tropas mercenárias.

Por Wagner Cardoso

Como já havíamos anunciado no número anterior, o pretexto dos governantes sul-africanos é o desmantelamento das tropas "terroristas" da SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), organização que luta pela independência da Namíbia das garras do regime do "apartheid". O "apoio incondicional" dado por Angola — segundo o próprio presidente angolano — à SWAPO, faz com que este seja o primeiro obstáculo a ser derrubado.

Os racistas querem criar uma "zona-tampão"

A realidade porém é toda outra. Não se mobiliza 45 mil homens, nem toda uma artilharia potente, só para combater os guerrilheiros namibianos. Os planos do regime racista são muito mais ambiciosos. Ele quer na realidade, através da ajuda fundamental dos Estados Unidos, criar uma "zona tampão" entre a fronteira de Angola e da Namíbia, implantando lá um governo fantoche liderado pela UNITA de Jonas Savimbi.

Como afirma o presidente de Angola José Eduardo dos Santos, a simples operação contra a SWAPO, não demandaria tal aparelho bélico. Quase três semanas após, eles continuam ocupando a região de Cunene com mais de 15 mil soldados, praticando a horrível "guerra química" contra a população. O que eles querem é estabelecer uma "zona neutra", "zona tampão", com um governo pró-racista.

Resistência Interna

A população, porém, se mobiliza. Além da resistência armada, tentando diminuir o impacto da agressão, manifestações são realizadas quase que diariamente em Luanda e outras capitais pedindo "Morte a Reagan", "Morte ao imperialismo" e "Fora com as tropas racistas".

Mas o exército angolano ainda está em fase de organização, pois, forjado numa luta árdua de longos anos contra o colonialismo português, hoje ele ainda se vê com a difícil tarefa de reestruturar todo o aparelho militar do Estado angolano. E por seu turno, o exército racista conta com um potente aparato. Segundo a revista "Cadernos do Terceiro Mundo", "o exército sul-africano tem uma capacidade



Savimbi: mercenário do imperialismo

de mobilização de 500 mil homens. Dispõe de 40 mil soldados profissionais, de cerca de 100 mil recrutas de serviço temporário, grande parte deles constituído por mercenários."

Para contrarrestar essa desproporção militar, o auxílio de tropas cubanas é de vital importância. A existência mesma do Estado angolano neste momento encontra-se ameaçada.

Solidariedade Internacional

Duas declarações marcam o tom da disposição dos dirigentes angolanos, assim como o grau de solidariedade entre os países africanos contra a África do Sul. "A solidariedade dos outros países africanos deve estreitar-se, declarou recentemente o presidente angolano. Enquanto não for solucionado o problema da Namíbia, ocupada desde 1971, e enquanto não for aniquilado o regime racista, a África do Sul será uma ameaça para todo o continente africano." Quanto a esta solidariedade, a resposta dada por 45 países na Assembleia Geral da ONU, no último dia 10 de setembro, também é incisiva: exigem boicote comercial a nível mundial contra o regime racista; pedem total isolamento no campo político, econômico, militar e cultural. Alguns vão mais longe, como os países da "linha de frente", juntamente com o primeiro-ministro do Zimbábue e o líder da SWAPO, Sam Nujoma, que pediram explicitamente à OUA (Organização de Unidade Africana) que "ajude militarmente Angola".

Por sua vez, vários governos europeus, dentre eles o francês, o alemão e o inglês, já autorizaram a SWAPO e a ANC a abrirem escritórios diplomáticos em seus países.

Os sindicatos e a revolução

A. Galvão Branco, secretário-geral adjunto da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) foi o representante da sua organização perante a CONCLAT. Seu combativo discurso, no qual marcou a necessidade dos trabalhadores lutarem pelo poder e o socialismo, ganhou o aplauso unânime dos delegados. Aqui, um resumo de duas horas de conversação com EM TEMPO.

Por Régis Moraes e Daniel Monteagudo

— Como está organizado o movimento sindical em Angola?

GB — Temos em nosso país dois tipos de estruturas: nossos sindicatos se organizam por ramo econômico, ao mesmo tempo que os órgãos centralizadores se dividem por território. Destes últimos, possuímos 10 federações nacionais. Acho importante lembrar que em Angola a sindicalização é voluntária e que, mesmo assim, num país de 7 milhões de habitantes, 90% dos trabalhadores são associados aos sindicatos. Esse número é bastante alto no meio rural, onde ele tem crescido em função das novas relações de produção que estão se implantando, combinando as cooperativas de produção agrícola, a grande propriedade estatal e a pequena produção familiar. Nestes sindicatos rurais não se incluem os pequenos proprietários, organizados em outras estruturas. O sindicato mais forte é o dos trabalhadores agropecuários, principalmente no setor do café, estatizado. O princípio organizativo e político de nosso movimento é o centralismo democrático; eleição democrática das direções, revogação dos dirigentes a qualquer momento em que não correspondam à confiança dos trabalhadores, mas a preservação de um comando único.

— Qual a independência desses sindicatos para reivindicar?

GB — Primeiramente, temos que ver que Angola passa por um processo agudo de luta de classes que não terminou. Temos um vazio político, em que a máquina administrativa está em grande parte ameaçada por uma pequena burguesia oscilante, burocrática. Temos pela frente o desafio de aniquilar e neutralizar ideologicamente esse espírito burocrático. Pois bem, contra quem os sindicatos irão reivindicar? Dou um exemplo: temos inspetores do trabalho, representantes sindicais. Eles vão a uma empresa e verificam más condições de trabalho. Porém, a empresa é fundamental para o país. O que fazer? Fechar a empresa? Ou consertar na medida do possível? Afinal, temos a ilusão de construir um socialismo sobre as ruínas?

Os sindicatos e os conselhos de trabalhadores são uma verdadeira escola de política.

— Mas qual a possibilidade dos trabalhadores agirem sobre o poder político?

GB — Veja: o movimento sindical tem 20% dos deputados do país. Além disso, ele tem o direito de apresentar leis diretamente. Temos além disso uma estrutura em que a classe operária dirige o país, a partir dos conselhos de direção das empresas. O diretor da empresa é nomeado pelo estado, mas o conselho dos trabalhadores tem o direito de retirar a confiança do diretor e exigir sua

substituição. Os sindicatos e os conselhos são por isso uma verdadeira escola de governo. Além disso, nos ministérios e governos locais, nos comissariados, os sindicatos têm também os seus representantes.

— Mas o sindicato vive sob a tutela do partido? O jornal da UNTA publicou um artigo sobre os sindicatos soviéticos. É esse o modelo?

GB — Não, não se trata de um modelo para nós. O MPLA é um partido marxista-leninista. Mas os militantes do partido não são eleitos nos sindicatos por serem do partido, e sim porque representam interesse dos trabalhadores de suas empresas. Mas também não temos como modelo a "cogestão". Cogestão com quem?

— E o problema da unicidade e liberdade sindical?

GB — Não acreditamos, por experiência, que sejam viáveis os "sindicatos autônomos, independentes e livres". Se um sindicato de classe não sofrer influência das idéias proletárias, ele ameaça degenerar. O problema da unidade está diretamente relacionado com a vontade da classe trabalhadora de encaminhar ações unitárias concretas. E um dirigente sindical não pode fugir dessa responsabilidade: ele não tem o direito de tomar posições sem ouvir a massa trabalhadora.

— Como o movimento sindical reage diante da permanente ameaça de invasão internacional?

GB — Nós, trabalhadores, temos problemas de todo tipo. Mas hoje a defesa da independência é central. A África do Sul invade a partir da Namíbia, falando em "direito de perseguição" aos combatentes da SWAPO (Organização Popular da África do Sudoeste). Nós apoiamos a SWAPO agora e sempre. A Namíbia mais cedo ou mais tarde será livre das multinacionais. A UNITA, hoje, não é mais que uma tropa de ocupação, parte do exército da África do Sul. Como pode ela ter helicópteros, mirages etc? Por seu lado a FNLA está desmantelada.

— Como vêm os trabalhadores angolanos a presença de tropas cubanas no país?

GB — A presença das tropas cubanas é um ato de soberania de nosso país. A resolução 435 da ONU fala do direito de recorrermos a outro país quando nossa soberania está ameaçada. Ora, porque essa preocupação com os cubanos, agora, se os imperialistas sempre tiveram bases militares em todo o mundo, na Coreia do Sul por exemplo? Além do mais não são "tropas cubanas". Não são apenas soldados: são médicos, engenheiros, operários. E, principalmente, não são mercenários, como os soldados imperialistas. Isso é difícil de entender para os capitalistas: os cubanos não têm privilégios em nosso país. Mas é fácil de entender para quem sabe o que é o internacionalismo proletário: Cuba entende o que é a dificuldade de reconstruir um país sobre a base do socialismo.

Nós, trabalhadores, temos problemas de todo tipo. Mas hoje, a defesa da independência é central.

— Como dirigente da UNTA, o que pensa da Polônia?

GB — Nós apoiamos os trabalhadores poloneses e temos certeza que eles saberão corrigir os erros que foram cometidos em seu país. Por outro lado, a posição cautelosa da União Soviética está demonstrando um novo marco de maturidade política.

— E o que significa a vinda dos sindicalistas de todo o mundo à Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, no Brasil?

GB — Nós entendemos que a luta dos trabalhadores brasileiros é também a nossa, é internacional. Até mesmo em questões imediatas, como o boicote ao embarque de armas nos países imperialistas, para massacrar a independência das revoluções coloniais, essa aliança mostra a sua importância. Nós defendemos e defenderemos sempre o princípio internacionalista de uma frente única dos sindicatos de todo o mundo.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Americo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Virginia Pinheiro.
 Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149
 EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 — CGC 19.858.067/002-70.
 Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550: Porto Alegre — Av. Osvaldo Aranha nº 1407 - loja 20 - Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414.
 Impressão: Cia Editora Joruês - R. Gastão da Cunha, 49 - São Paulo - Fone: 531-8900.

I encontro de intelectuais em Cuba A inteligência contra a ameaça imperialista

Unindo os conceitos de Cultura e Revolução, Cuba, Nicarágua e Granada organizaram um encontro que visa atingir a toda América Latina, num esforço para se contrapor aos planos de intervenção do governo Reagan.

Por Marcelo Zugadi

Realizou-se em Havana, entre os dias 4 e 7 de setembro, o I Encontro de Intelectuais pela Soberania da Nossa América. Trezentos intelectuais se reuniram para proclamar "que temos de nos unir em favor de nossos povos", como assinala a declaração final.

Com 32 convidados, a delegação brasileira foi a mais numerosa depois da cubana. Expressando-se em forte tom anti-imperialista, a declaração afirma que "agora os povos estão conquistando seu direito à palavra e é a nós que corresponde a elevada responsabilidade de articulá-lo e defendê-lo".

Além do significado cultural deste Encontro e do fato marcante que significa para a vanguarda da intelectualidade latino-americana, comprometer-se a "defender a verdade, a justiça, e a beleza, não de modo abstrato, mas com a decisão e a lucidez que a personalidade original de nossas nações exige e merece", a reunião de Havana apresenta-se como um fato político transcendente, na medida em que procura, de maneira preventiva, organizar uma frente de combate, a nível continental, contra os planos norte-americanos de invasão na América Central e no Caribe.

"A ardilosa acusação de terroristas aos patriotas destes povos — afirma a declaração — tem entre outros propósitos o de justificar a intervenção dos EUA e preparar os espíritos, através do aparato de propaganda mais diabólico da história humana, para

uma agressão aberta contra Cuba, Nicarágua, Granada e inclusive contra o México, cuja política externa independente merece nosso reconhecimento".

Esse caráter militante é confirmado por um dos representantes brasileiros, Idibal Piveta, diretor do grupo de teatro União e

Olho Vivo, que consultado pelo EM TEMPO, afirmou que o encontro foi "uma antecipação à política bélica e agressiva dos EUA que já está sendo aplicada em Angola e que terá seu desdobramento na América Latina".

O encontro aprovou, por unanimidade, uma moção proposta por Piveta expressando o apoio

dos delegados aos 12 sindicalistas que naqueles momento estavam sendo julgados.

Um comitê permanente também no Brasil

O encontro designou um Comitê Permanente integrado, entre outros, por Gabriel Garcia Marquez, Julio Cortazar, Ernesto

Cardenal, Juan Bosch e Chico Buarque de Holanda, que tem por objetivo dar continuidade à ação iniciada em Havana.

Explicando a tarefa a ser levada no Brasil, Idibal Piveta explica que os participantes do encontro informarão à opinião pública e aos intelectuais brasileiros sobre as conclusões do congresso e também organizarão a participação de entidades e pessoas para a preparação do segundo encontro, previsto para meados do próximo ano na Nicarágua.

Entre os brasileiros participantes estiveram também Frei Beto, Fernando Moraes, Ruth Escobar e outros. Prevê-se para o próximo mês um encontro no Rio de Janeiro para iniciar as atividades do Comitê no Brasil.

No seu último parágrafo, a declaração final expressa bem o espírito do encontro ao afirmar: "Nem a bomba de nêutrons, nem outros artefatos de aniquilação coletiva disparam sozinhos. São os homens quem decidem sua missão de morte. Mas esses homens, inclusive os que dispõem de uma possibilidade totalitária de destruição, podem também ser contrariados pelo clamor dos povos. É agora, pois, quando a palavra e a imagem devem extremar sua capacidade de persuasão, seu poder de recrutamento das forças criadoras, sua lucidez para convencer e convencer-nos de que o extermínio do ser humano é evitável, e que pode e deve ser evitado com o poder invencível da inteligência".

Preparativos da contra-revolução

Há uma íntima conexão entre fatos como a violação da soberania líbia, a invasão em Angola e as crescentes ameaças de desembarque massivo de tropas ianques na América Central. Conexão não só em termos políticos, mas diretamente no terreno militar. Isto é o que mostram as manobras navais atualmente em curso no Atlântico Sul.

A "Ocean Ventures" e a "Operação Unitas" não são práticas de rotinas militar mas uma descarada ameaça. A primeira opera sobre o mar Caribe e está integrada pelas forças navais da OTAN e as armadas da Argentina, Colômbia, Venezuela e Uruguai. A outra toma o extremo sul e reúne as armadas da Argentina, Uruguai e EUA. É altamente significativo o fato do Brasil ter se negado a participar desta operação de guerra que visa ao mesmo tempo Angola e a América Central-Caribe.

As manobras no Caribe integram 250 navios, 100 aviões e 120 mil homens. O eixo da operação é um Estado imaginário

denominado Ambar, sobre o qual se lançou uma invasão. "Ambar", por casualidade, reúne as mesmas características geográficas e políticas que a ilha revolucionária de Granada. O primeiro ministro Bishop denunciou a manobra como uma preparação

de invasão. O comandante da operação, Admiral Mc Kenzie, afirmou que "Nicarágua, Cuba e Granada são praticamente um só país". Segundo ele, "o Atlântico tem que ser protegido porque ali passa 65% do petróleo e da baúxia dos EUA".



Área atingida pelas manobras navais

A histeria belicista de Reagan

Por Paulo Schilling (*)

É óbvio que a atual história belicista que se verifica nos Estados Unidos não surgiu com a eleição de Reagan. Ela estava latente há muito, porém não evoluiu durante algum tempo em razão da total desmoralização originada na derrota do conflito vietnamita, na "síndrome do Vietnam". Porém, depois de crise do petróleo, os homens do Pentágono e de Wall Street foram se convencendo que a estratégia de dominação mundial vigente desde o fim da guerra já não assegurava plenamente os interesses imperiais.

Já na etapa final do governo de Carter passou a prevalecer a "linha dura" do Pentágono sobre a "conciliatória" do Departamento de Estado. A política de "détente" — de coexistência pa-

cífica com os países socialistas — passou a ser sabotada de forma ostensiva. Decidiu-se a fabricação da bomba de nêutrons, esse engenho monstruoso, fruto da visão capitalista de cientistas loucos, já que destrói toda vida humana e mantém intactos os bens materiais, base e razão de ser do sistema.

Foi criada a Força Estratégica de Intervenção Rápida — que com seus 110 mil paraquedistas — pode em poucas horas ocupar qualquer região do globo onde os interesses norte-americanos estejam em jogo. Volta, assim os EUA, de forma altamente sofisticada e já agora a nível mundial, à "diplomacia das canhoneiras" aplicada no Caribe, América Central e no México nas primeiras décadas do século.

Os protagonistas da nova etapa deveriam ser homens duros, primárias, cavernários como Reagan e o general Haig. Agora a força de intervenção poderá ser aplicada, a bomba de nêutrons produzida em massa e o orçamento do Pentágono aumentado, nos próximos 4 anos, de 165 para 300 bilhões de dólares.

Guerra bacteriológica

Por sua própria situação geográfica, é óbvio que a América Central, o Caribe e o México constituem os alvos principais dos senhores da guerra ianques. Vinte e dois anos depois da Revolução, Cuba continua sendo uma espinha atravessada na goela do Tio Sam. Todos os tipos de provocações — agressão armada, blo-

queio, sabotagem, os vôos piratas e já agora a guerra bacteriológica (a recente epimédia de "dengue", comprovadamente provocada, que afetou 270 mil pessoas) — não conseguem minar o espírito revolucionário dos herdeiros de Martí.

Em El Salvador, apesar do genocídio praticado pela Junta democristã (os últimos cálculos do Socorro Jurídico da Arquidiocese de São Salvador calculam em 20 mil os assassinatos nos últimos 22 meses; o que significaria, em termos de Brasil, caso a tragédia estivesse se desenvolvendo em nosso país, meio milhão de mortos) e da intervenção cada vez maior de "assessores" norte-americanos (os últimos dados, originados em fontes religiosas salvadorenses situam em 800 o número

dos mesmos), a guerrilha continua avançando.

O mesmo acontece na Guatemala, onde a repressão já eliminou mais de 600 pessoas. O Exército guerrilheiro dos Pobres e as FAR, que já lutam desde 1962, recebem agora o apoio decisivo dos indígenas, que somam 4 milhões.

Com a ostensiva intervenção do governo de Honduras no conflito salvadoreño, atacando os guerrilheiros na zona fronteira, a luta tende a internacionalizar-se, transformando a região em um novo Vietnam.

(*) Paulo Schilling, conhecido dirigente político, jornalista e escritor, é militante do PT e membro do Comitê de Solidariedade aos Povos da América Central e do Caribe.